



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE

**ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E
COMUNICAÇÃO PARA O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO
BÁSICO (PMSB)**

DEZEMBRO/2021



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE

**ESTRATÉGIA DE MOBILIZAÇÃO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E COMUNICAÇÃO
PARA O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) DE OURO
PRETO DO OESTE/RO**

Relatório apresentado ao Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica – NICT da FUNASA, como produto para composição do Plano Municipal de Saneamento Básico, equivalendo a Produto B do Termo de Execução Descentralizada – TED 08/17, celebrado entre FUNASA e IFRO. O relatório foi elaborado pelo Comitê Executivo do PMSB e aprovado pelo Comitê de Coordenação, recebendo assessoramento técnico do IFRO, por meio do Projeto Saber Viver, instituído pela Portaria nº 1876/REIT-CGAB / IFRO, de 14 de agosto de 2018 e financiamento através da FUNASA.

OURO PRETO DO OESTE/RO
Dezembro/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE

Av. Daniel Comboni, nº 1156, CEP: 76.920-000

Telefones: (69) 3461-5269/ 3461-2416

PREFEITO

Juan Alex Testoni

VICE-PREFEITO

Peragibe Félix Pereira Júnio

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE — FUNASA

Superintendência Estadual da Funasa em Rondônia (SUEST/RO)

Rua Festejos, 167, Bairro Costa e Silva, Porto Velho/RO, CEP: 76.803-596

Telefones: (69) 3216-6138/6137

www.funasa.gov.br; corero.gab@funasa.gov.br

LISTA DE FIGURAS

Figura 1— Elementos fundamentais para garantir a participação social na elaboração do PMSB	10
Figura 2— Localização do Município de Ouro Preto do Oeste/ Ro	13
Figura 3— Perfil Socioeconômico de Ouro Preto do Oeste/RO	14
Figura 4— Apostila para Capacitação dos Comitês	22
Figura 5— Padronização de Slides para Capacitação Dos Comitês	22
Figura 6— Extrato da página web do Projeto Saber Viver	23
Figura 7— Mapa dos Setores de Mobilização da Área Urbana de Ouro Preto Do Oeste/ Ro... ..	26
Figura 8— Mapa dos Setores de Mobilização da Área Rural de Ouro Preto do Oeste/Ro.....	28
Figura 9— Visualização de capas das cartilhas informativas	39
Figura 10— Modelo de cartazes.....	40
Figura 11— Faixa de divulgação.....	44
Figura 12— Cartaz de divulgação digital.....	45
Figura 13— Texto para difusão nas emissoras de rádio e carros volantes.....	45
Figura 14— Modelo de convite digital	46
Figura 15— Árvore de Problemas	50
Figura 16— Esquema do instrumento “iceberg”	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1— Setores de mobilização para as reuniões na área urbana do Município de Ouro Preto do Oeste.....	26
Quadro 2— Setores de Mobilização na Área Rural do Município de Ouro Preto do Oeste	27
Quadro 3— Cronograma das Atividades relacionadas à elaboração do PMSB.....	31
Quadro 4— Fundamentos da Primeira Reunião Setorial	34
Quadro 5— Sugestão de roteiro para execução da Audiência Pública Remota.....	35
Quadro 6— Organização da Audiência Pública Remota	36
Quadro 7— Estratégias de Mobilização para divulgação dos resultados do Diagnóstico técnico-participativo.	43
Quadro 8— Comunicação e material de divulgação	44
Quadro 9— Estratégias de Participação Social diante medidas de distanciamento social.....	47
Quadro 10— Sugestão de Roteiro para a execução da Audiência Pública Remota.....	49
Quadro 11— Metodologias de socialização do Diagnóstico Técnico-Participativo.....	51
Quadro 12— Organização da audiência pública remota	52
Quadro 13— Desenvolvimento das atividades da 3ª reunião setorizada	56
Quadro 14— Mobilização para a I Conferência Municipal de Saneamento Básico na área urbana	58
Quadro 15— Mobilização para a I Conferência Municipal de Saneamento Básico na área rural	59

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Aspectos legais do plano municipal de saneamento básico	8
2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	12
3 ETAPA DE SENSIBILIZAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS COMITÊS MUNICIPAIS	16
3.1 Estratégias de mobilização, participação social e comunicação na apresentação da proposta aos gestores municipais	16
3.2 Estruturação/institucionalização dos comitês municipais	17
3.2.1 Comitê Executivo	17
3.2.2. Comitê de Coordenação	19
3.3 Estratégias de mobilização, participação social e comunicação na capacitação dos comitês	19
3.3.1 Estratégias de mobilização para a capacitação dos Comitês	23
3.3.2 Estratégias de comunicação na capacitação dos Comitês	24
3.3.3 Estratégias participação social na capacitação dos Comitês	24
3.3.4 Setores de mobilização	25
4 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM CADA ETAPA DO PROJETO	29
4.1 Etapa de apresentação da proposta, da equipe de trabalho e dos comitês municipais junto à comunidade	32
4.1.1 Audiência Pública e Primeira Reunião Setorizada	32
4.1.4 Vídeo de apresentação do PMSB	40
4.1.5 entrevistas domiciliares	41
4.2 Segunda reunião setorial: etapa de apresentação do diagnóstico técnico-participativo e construção de cenários	41
4.2.1 Estratégias de mobilização social	42
4.2.2 Estratégias de comunicação e divulgação	43
4.2.3 Estratégias de participação social	46
4.2.4 Execução da segunda reunião setorizada	47
4.2.4.1 Bate papo/rodada de conversa	47
4.2.4.2 Audiência pública remota	48
4.2.4.3 Distribuição das cartilhas do diagnóstico técnico-participativo do Saneamento Básico	53
4.2.4.4 Vídeo explicativo do diagnóstico técnico-participativo do Saneamento Básico	53
4.3 Terceira reunião setorial: etapa de apresentação da prospectiva para a avaliação e controle social da comunidade	54
4.3.1 Execução da terceira reunião setorial	55

4.4	Etapa de entrega do PMSB para a gestão da comunidade.....	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS.....	63
	ANEXO I — MODELO PARA LISTA DE PRESENÇA	65
	ANEXO II — MODELO DE ATA PARA AS REUNIÕES DOS COMITÊS.....	66
	ANEXO III — DECRETO DE NOMEAÇÃO DOS COMITÊS	67
	ANEXO IV — CRONOGRAMA DO CURSO DE CAPACITAÇÃO.....	69
	ANEXO V — MODELO DE FOLHA DE PRESENÇA	70
	ANEXO VI — FICHA DE AVALIAÇÃO DO ENCONTRO DE CAPACITAÇÃO	71
	ANEXO VII - QUANTITATIVO DOS MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO/MOBILIZAÇÃO	73

1 INTRODUÇÃO

O presente documento reflete a Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação ¹ referente ao Termo de Execução Descentralizada (TED) 8/2017, da Funasa/IFRO, relativo ao projeto Saber Viver. Tem como objetivo sistematizar as diretrizes e ações necessárias para promover a participação e o controle social na construção e gestão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Cabe salientar que os municípios, por meio dos Comitês, são os responsáveis diretos por garantir tal participação e controle social, contando, sempre que necessário, com o apoio técnico da equipe do IFRO, conforme expõe o Termo de Referência (TR) da Funasa (2018, p. 38):

A construção da Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação ocorre na fase inicial do processo, onde serão planejados os procedimentos e as atividades a serem adotadas ao longo de todo o período de elaboração do PMSB, visando garantir a efetiva participação social. Como já mencionado, os Comitês formados são os responsáveis diretos pela elaboração e implementação da Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação, doravante denominada apenas por Estratégia Participativa; cada um dentro da sua atribuição particular.

O objetivo deste documento é estruturar as estratégias para mobilização da sociedade no tocante à sensibilização e participação, uma vez que é imprescindível o envolvimento da sociedade nas discussões e construção do PMSB.

Salienta-se que, por conta das necessidades impostas pela situação da pandemia da COVID-19, parte considerável dos processos de mobilização, participação social e comunicação a serem apresentados enfatizam modalidades digitais de encontro, tais como videoconferências e questionários online e que as estratégias realizadas de modo presencial levam em consideração as medidas de distanciamento social e cuidados sanitários propostas pelos órgãos de saúde competentes e pelo decreto estadual nº 25.049/2020.

1.1 Aspectos legais do plano municipal de saneamento básico

A presente Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação tem a preocupação de atender as diretrizes sobre a participação e controle social estabelecidos na Lei de Saneamento Básico, Lei Federal n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007, bem como adequá-las

¹ Considerada atualmente como Estratégia de Mobilização, esta nova denominação (FUNASA, 2018) substitui a anterior, de Plano de Mobilização Social (PMS) (FUNASA, 2012), com o objetivo de reservar o termo “Plano” apenas para o PMSB propriamente dito.

às recomendações da Funasa e exigências do Termo de Referência para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) de 19 municípios do Estado de Rondônia, conforme as peculiaridades e necessidades locais.

A participação e o controle social como componentes na implementação de políticas públicas se constituem em uma importante reivindicação da sociedade brasileira desde a década de 1980. A nova forma de conceber o planejamento no País foi desencadeada pelo processo de abertura política acompanhado de uma intensa ativação da sociedade civil e a consequente promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual permitiu avançar na direção da consolidação do Estado Democrático e de Direito.

Desde então, vários mecanismos legais passaram a incorporar a participação social na elaboração de políticas públicas, tais como:

- a) a Lei Orgânica da Saúde, n. 8.080 (BRASIL, 1990);
- b) a Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei n. 9.433 (BRASIL, 1997);
- c) o Estatuto das Cidades, Lei n. 10.257 (BRASIL, 2011).

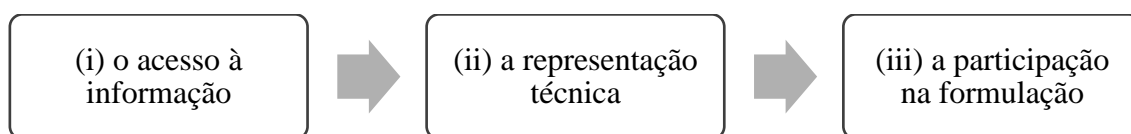
A década de 1980, com relação à política de saneamento, também é marcada pelos anseios da sociedade, refletidos nas discussões sobre o extinto Plano Nacional de Saneamento (Planasa). No centro das reivindicações, estavam a necessidade de descentralizar a ação dos governos federal e estadual, bem como uma maior participação dos municípios e da população no planejamento e regulação do saneamento básico.

Esse percurso de discussões tem como marco a Lei n. 11.445 (BRASIL, 2007), que veio inaugurar uma nova fase da concepção e implementação de políticas de saneamento no Brasil, incorporando importantes mudanças da relação Estado e sociedade na área de saneamento (BRASIL, 2011). A mesma Lei apresenta uma nova abordagem sobre a participação e controle social.

No inciso X do art. 2º, a Lei 11.445 (BRASIL, 2007) situa o controle social como um dos princípios fundamentais da prestação dos serviços públicos de saneamento básico. No inciso IV do art. 3º, a Lei define o controle social como sendo o “[...] conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico” (BRASIL, 2007, s.p.).

Nesse sentido, as novas diretrizes para o saneamento básico no país trazem em seu bojo elementos fundamentais para a garantia da participação no planejamento e na avaliação das políticas de saneamento básico (Figura 1).

Figura 1— Elementos fundamentais para garantir a participação social na elaboração do PMSB



Fonte: Funasa (2012).

O despertar da consciência cidadã deve ser estabelecido por meio da inserção dos indivíduos no processo de discussão, decisão, acompanhamento e avaliação das ações a serem implementadas pelo poder público. Assim, compreende-se que a mobilização e o envolvimento de todos são fundamentais na luta por melhores condições de vida nas comunidades.

A Estratégia de Mobilização, Comunicação e Participação Social tem sua importância na construção do PMSB, pois contemplará toda a extensão territorial do município, abrangendo as áreas urbana e rural, bem como oportunizará a realização de uma leitura de realidade no que se refere ao saneamento básico dos municípios, a partir da vivência e espaço onde cada sujeito se situa, desafiando os munícipes para a construção de mudanças que resultem no planejamento de ações que atendam às reais necessidades e superem os problemas prioritários dos seus setores.

Todas essas questões estão imersas no controle social, que em resumo é um princípio fundamental da Lei de Saneamento Básico, que deve ser garantido nas diversas funções de gestão dos serviços públicos de saneamento básico, ou seja: no planejamento, na prestação dos serviços, na regulação e na fiscalização. Para tanto, a lei prevê a necessidade do estabelecimento de normas e mecanismos para que este controle social se efetive.

A Lei n. 11.445 (BRASIL, 2007) e seu Decreto de Regulamentação n. 7.217 (BRASIL, 2010) definem o direito de acesso à informação; a necessidade da realização de consultas e audiências públicas como condição para a validade dos contratos; e a divulgação dos estudos e das propostas do Plano de Saneamento Básico para discussão com a sociedade. Além disso, os municípios e estados podem compor um Conselho ou utilizar outro existente para, dentre outras

atribuições, proporcionar o controle social na elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas, planos, programas e projetos (BRASIL, 2011).

A Lei n. 11.445 (BRASIL, 2007), fruto de intensos debates, veio de encontro aos anseios da sociedade brasileira. Por um lado, é importante não minimizar os desafios para que os objetivos sejam cumpridos. Diversos obstáculos estão postos, principalmente em função da tradição autoritária e tecnicista de fazer planejamento no Brasil e das relações patrimonialistas e clientelistas que o poder público tem tido com as populações. As fragilidades dos movimentos sociais também são fatores limitadores para uma nova prática, democrática e participativa, de fazer saneamento no Brasil (BRASIL, 2011).

Desde 2014 vem-se adiando o prazo da exigência de elaboração do PMSB pelos municípios. Mais recentemente, o Decreto n. 10.203, de 22 de janeiro de 2020 (BRASIL, 2020), revogou decretos anteriores, que postergavam o prazo original estabelecido pelo decreto nº 7.217, estabelecendo que

Após 31 de dezembro de 2022, a existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços, será condição para o acesso aos recursos orçamentários da União ou aos recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico. (BRASIL, 2020, s.p.)

Além dessa obrigatoriedade da elaboração do PMSB, o art. 11, inciso V, da Lei nº 11.445 (BRASIL, 2007), deixa estabelecida a necessidade da definição de mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços, bem como nas contratações de serviços públicos de saneamento. Como condição para a validade dos contratos de prestação de serviços, é prevista a realização prévia de audiência e consulta pública, de acordo com o disposto no inciso IV do art. 11 da mesma Lei.

A participação das pessoas, em um processo de mobilização social, é ao mesmo tempo meta e meio. Por isso, não se pode falar da participação apenas como pressuposto, mas também como condição intrínseca e essencial de um processo de mobilização. Obviamente ela se caracteriza como tal, mas a participação cresce em abrangência e profundidade ao longo do processo, o que faz destas duas qualidades (abrangência e profundidade) um resultado desejado e esperado (TORO; WERNECK, 2007).

Participar ou não de um processo de mobilização social é um ato de escolha. Por isso utiliza-se o termo “convidar”, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, mas participar ou não é uma decisão de cada um. Essa decisão depende

essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças.

As formas de participação da sociedade organizada são múltiplas e a sua definição reveste-se de grande importância. O objetivo da participação social na construção do PMSB é de conseguir o verdadeiro envolvimento da comunidade na tomada de decisões, que vão estabelecer nada menos que a configuração do sistema, isto é, infraestrutura e atividades de saneamento básico da cidade. Diante disso, para que se possa ter um PMSB efetivamente participativo, recomenda-se fixar estratégias como as descritas a seguir, com o intuito de alcançar níveis mais elevados de participação.

2 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

A história do Município de Ouro Preto do Oeste está profundamente relacionada com a história de ocupação e expansão do Estado de Rondônia enquanto unidade autônoma da federação.

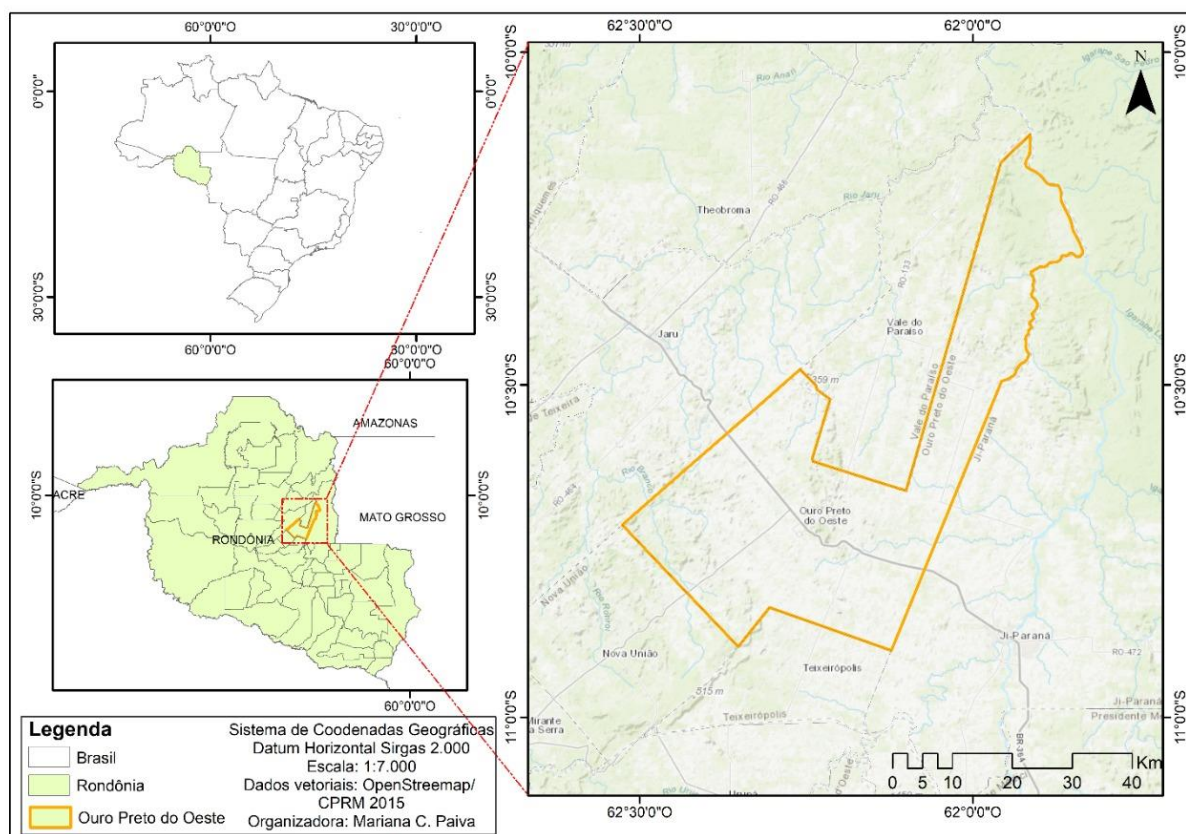
A partir do ano de 1968 o Ministério de Agricultura se interessou pela colonização da Amazônia Legal como forma de expansão da fronteira agrícola nacional e, segundo a mentalidade daquele período, como forma de garantir a soberania nacional no território amazônico, integrando a região ao restante do território nacional.

Naquele ano, chegaram ao então Território Federal de Rondônia os técnicos do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), com a atribuição de localizar na BR 364 uma implantação de novos projetos de colonização. Por conta das suas terras de solo fértil, foi escolhido um local às margens do igarapé Ouro Preto, na BR-364, distante 40 km da atual cidade de Ji-Paraná. Nascia, assim, o Projeto Integrado de Colonização Outro Preto, ou simplesmente, PIC Ouro Preto (IBGE, 2010).

Ouro Preto do Oeste é um município brasileiro do Estado de Rondônia, fundado em 11 de junho de 1977 e emancipado em 16 de junho de 1981. Está na localidade na área central do Estado de Rondônia, na região intermediária de Ji-Paraná, na latitude 10° 44' 53" S, longitude 62° 12' 17" e altitude de 259 metros. Contempla a área territorial de 1.969,9 km². O Município é polo da Região de Planejamento e Gestão IV no Estado de Rondônia, conforme a Lei Complementar 414/2007 (RONDÔNIA, 2007).

O Município de Ouro Preto do Oeste faz divisa com os municípios de Jaru, Nova União, Ji-Paraná, Teixeirópolis e Vale do Paraíso. A Figura 2 demonstra a posição geográfica do município em relação ao Brasil e o Estado de Rondônia.

Figura 2— Localização do Município de Ouro Preto do Oeste/RO



Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

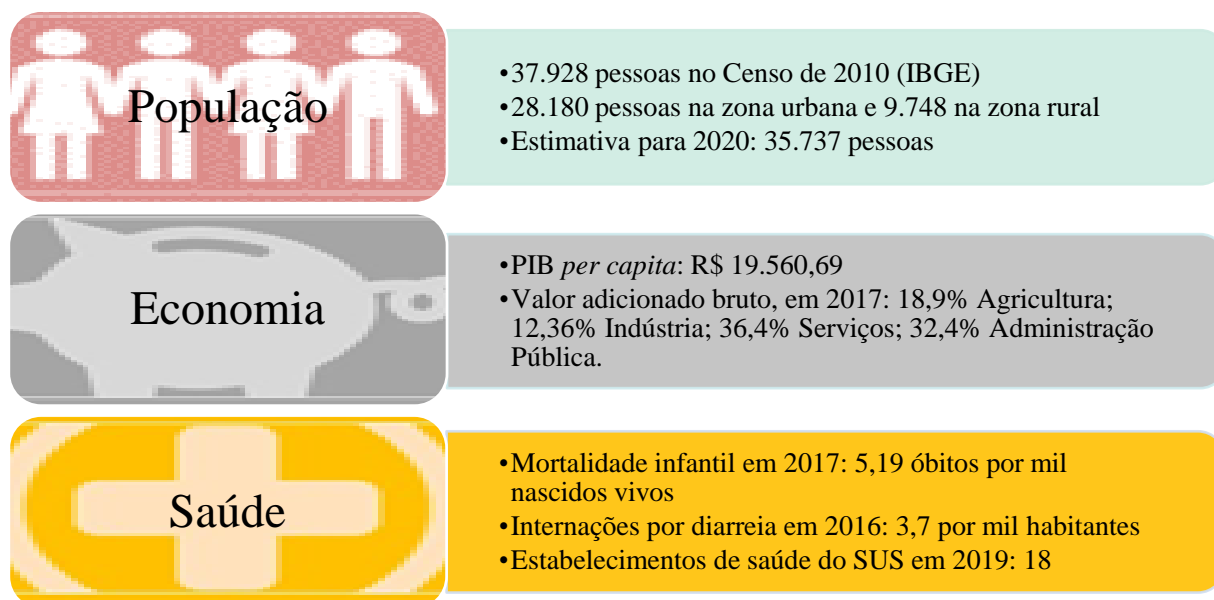
Segundo o Censo de 2010 do IBGE, o município de Ouro Preto do Oeste possuía uma população de 37.928 habitantes, dos quais 28.180 compunham a população de área urbana e 9.748 a população de área rural. Para 2020, a população estimada era de 35.737 habitantes, com densidade demográfica de 19,25 hab/km² e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,682, que indica desenvolvimento médio (entre 0,600 e 0,699).

O índice de urbanização das vias públicas em 2010 era de 7,6 %, o esgotamento sanitário adequado atingia 9,9% da área total do município no mesmo ano e o índice de arborização das vias públicas era de apenas 81,1%. No ano de 2020, o Município apresenta 81 estabelecimentos de saúde, quando considerados unidades básicas e centros de saúde, consultórios isolados,

hospitais gerais, unidades de apoio a diagnose e terapia, centros de gestão, dentre outros; a taxa de mortalidade infantil em 2017 era de 5,9 óbitos por mil nascidos vivos; as internações por diarreia, em 2016, estavam na proporção de 3,7 por 1.000 habitantes.

Em 2018, o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de dois salários mínimos, posicionando o Município em 7º lugar no Estado. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 17,2 %. Um total de 35,4 % da população recebia até meio salário mínimo mensal *per capita*, de modo que o Município ocupava a 46ª posição sobre a proporcionalidade entre volume de pessoas e este nível de renda. O PIB *per capita* o colocava na 22ª posição no Estado (dentre 52 municípios) e na 2.354ª no cenário nacional (dentre 5.570 municípios). A Figura 3 ilustra o perfil socioeconômico local.

Figura 3— Perfil Socioeconômico de Ouro Preto do Oeste/RO



Fonte: IBGE (2020).

No ano de 2020, o Município contava com 17 unidades de ensino destinadas ao Ensino Fundamental , 5 de Ensino Médio e 10 de Educação Infantil. A taxa de escolarização dos 6 aos 14 anos era de 96,1% em 2010 (IBGE CIDADES), e as pontuações no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2019, foram de 5,6 nos anos iniciais do Ensino Fundamental , 5,1 nos anos finais deste mesmo nível e 4,2 ensino médio . As matrículas para o ano de 2020 foram de 4.978 alunos no Ensino Fundamental (a serem atendidos por 206 docentes) , 1.332 no Ensino Médio (a serem atendidos por 61 docentes) e 1.299 na Educação

Infantil (a serem atendidos por 56 docentes). Em se tratando de taxa de escolarização, o Município ocupou a 31ª posição entre os 52 municípios do Estado. Os dados educacionais apresentados são referentes a Rede Estadual e ao Sistema Municipal de Ensino.

Integra o território do Município de Ouro Preto do Oeste o Distrito de Rondominas, localizado a 55 Km da sede municipal. Além do distrito, a área rural do município é composta por vasta rede de estradas vicinais e “linhas” nos quais se encontram diferentes agrupamentos e comunidades dispersas.

A história do município de Ouro Preto do Oeste está profundamente relacionada com a própria história da colonização do Estado de Rondônia, que oficialmente teve início em 1968, com a decisão do Ministério da Agricultura em realizar a colonização da Amazônia Legal num projeto amplo de integração nacional (sob o lema de integrar para não entregar). No mesmo ano, chegaram ao então Território Federal de Rondônia os técnicos do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), com a atribuição de localizar na BR-364 uma implantação de novos projetos de colonização. Por conta das suas terras de solo fértil, foi escolhido um local às margens do igarapé Ouro Preto, na BR-364, distante 40 km da atual cidade de Ji-Paraná. Nascia, assim, o Projeto Integrado de Colonização Outro Preto, ou simplesmente, PIC Ouro Preto, iniciado oficialmente no ano de 1970, assentando 500 famílias migrantes. No ano de 1973, o número de famílias assentadas já era aproximadamente de 3 mil.

O local de instalação do projeto pertencia ao seringal Ouro Preto, de propriedade do seringalista Vicente Sabará Cavalcante. O projeto já envolvia outros seringais, como: a Boa Vista, Santa Rosa, Aninga, Currallinho, Miolo, Santa Maria e o seringal Raimundo Pequeno. A ocupação demográfica, que antes da instalação do projeto era mais moderada, a partir de sua implantação, em 1970, começou a intensificar-se, inicialmente, nas margens da estrada e depois ao longo das vicinais abertas pelo INCRA, pelas Secretarias de Agricultura e de Obras, do então território, pela Prefeitura de Porto Velho, e ainda pela ação desbravadora e participativa dos colonos. O plano inicial do INCRA previa uma capacidade de atendimento a duas mil famílias, mas, em 1973, já contava com mais de três mil, cada uma delas assentadas em lotes de 100 hectares de terras. O total de migrantes que se dirigiram a Ouro Preto em mais de três anos, foi calculado em cerca de 25 mil pessoas.

O nome Ouro Preto, já adotado pela população, advém do fato de terem os técnicos do IBRA, no início da colonização oficial, identificado um tipo de solo roxo escuro, que eles

denominaram ouro preto modal. O acréscimo do Oeste foi necessário para diferenciar de outro nome já existente no Estado de Minas Gerais.

A localidade, até então considerada um distrito de Ji-Paraná, foi elevada à categoria de município a 16 de junho de 1981 através da lei nº 6.921, assinada pelo então presidente da República João Batista Figueiredo. A instalação ocorreu no mesmo ano da criação.

3 ETAPA DE SENSIBILIZAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS COMITÊS MUNICIPAIS

O processo inicial de construção do PMSB exige da equipe de apoio técnico o planejamento com a equipe gestora dos municípios. Dessa forma, para termos êxito na elaboração e consolidação do PMSB, o engajamento da equipe gestora e das lideranças locais à proposta é a primeira etapa de implementação da Estratégia de Mobilização, Participação Social e Comunicação.

3.1 Estratégias de mobilização, participação social e comunicação na apresentação da proposta aos gestores municipais

A implementação da **estratégia participativa** no processo de sensibilização dos gestores e lideranças locais garante um planejamento adequado para a elaboração e efetivação do PMSB, com maior organização e êxito nas atividades e um resultado final que atenda de modo efetivo as reais demandas do município.

Assim, esse processo será promovido por meio de visitas da equipe de coordenação do IFRO e da Funasa ao município, a fim de apresentar para a equipe gestora local a proposta do projeto e mobilizar as representações de diversos segmentos da sociedade civil organizada e do poder público, visando à estruturação dos comitês municipais de execução e de coordenação.

Esta primeira mobilização social, concernente à apresentação da proposta junto aos gestores municipais, ocorrerá após agendamento prévio e envolve reunião na prefeitura e Audiência Pública. Sugere-se que a Audiência Pública seja organizada na Câmara Municipal dos Vereadores, com ampla divulgação, de modo que possa abranger a presença dos gestores municipais, do poder legislativo municipal, dos técnicos dos órgãos e entidades municipais,

bem como dos membros de órgãos públicos, federais e estaduais, relacionados à gestão pública e à prestação dos serviços de saneamento básico, e ainda a população em geral, envolvendo especialmente seus representantes e/ou lideranças setoriais.

Para a realização da Audiência Pública, serão utilizados: lista de presença para controle (Anexo I), pastas com materiais informativos do projeto e ata pública (Anexo II). Espera-se que a audiência resulte na estruturação e institucionalização dos Comitês Municipais de Coordenação e Execução do PMSB, formalizados por meio de portaria ou decreto municipal.

A próxima subseção é dedicada à descrição do processo de formação dos Comitês de Coordenação e Executivo.

3.2 Estruturação/institucionalização dos comitês municipais

Considerando que o PMSB não pode ser algo desconectado das situações reais da comunidade atendida, nem mesmo um mero documento para finalidade restritamente burocrática, a participação da comunidade deverá considerar os princípios da gestão participativa e da paridade social nas instâncias dos Comitês Executivo e de Coordenação. Uma vez que essas instâncias colegiadas visam a atender à necessidade de inserção das perspectivas e aspirações da sociedade e à apreciação da realidade local em termos de saneamento, os comitês também devem incluir líderes comunitários da sociedade civil organizada.

O TR/Funasa (2018, p. 35) determina que, como primeiro passo para se iniciar a elaboração do PMSB, o município deve constituir dois comitês de trabalho, denominados Comitê Executivo e Comitê de Coordenação: “estes dois comitês devem ser criados formalmente, mediante ato público do Poder Executivo Municipal”.

Isto posto, na sequência apresentamos as orientações e procedimentos relativos à estruturação dos comitês, à formação do regimento interno e ao processo de escolha dos delegados.

3.2.1 Comitê Executivo

O Comitê Executivo- CE é a instância responsável pela orientação dos processos de elaboração e execução do PMSB no município, com apoio da equipe técnica do IFRO/Funasa. Cabe a ele a criação do regimento interno e o mapeamento dos atores sociais que compõem o Comitê de Coordenação. Recomenda-se que a formação do CE seja caracterizada por uma composição multidisciplinar, que inclua membros técnicos dos órgãos e entidades municipais, dos prestadores de serviço da área de saneamento básico e de áreas correlacionadas. De acordo com o TR/Funasa (2018, p. 35),

o Comitê Executivo deve ser formado por equipe multidisciplinar, de caráter técnico. Deve ser composto preferencialmente por **servidores efetivos** que atuam como profissionais dos órgãos e entidades municipais da área de saneamento básico e secretarias afins (Obras, Serviços Públicos, Urbanismo, Saúde, de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente, Assistência Social, Educação, entre outras da Prefeitura Municipal), além de representantes técnicos dos **prestadores de serviços** (autarquias municipais, concessionárias estaduais, operadores privados, entre outros, que prestam o serviço de manejo de resíduos sólidos e o serviço de manejo de águas pluviais, incluída a drenagem urbana) e de profissionais do **assessoramento técnico disponibilizado pela Funasa ao município** (da universidade ou da empresa de consultoria). Poderá contar ainda com profissionais disponibilizados por órgãos da administração direta e indireta de outros entes da federação. Também deve ser buscada a participação de **conselheiros municipais que representam a sociedade civil nos conselhos de políticas públicas** (de saúde, de meio ambiente, de habitação, de assistência social, de educação, de habitação, de interesse social, entre outros), de maneira a facilitar a interlocução entre as duas instâncias no dia a dia dos trabalhos. (*Grifos nossos*).

Para o processo de definição do Comitê Executivo, será necessário o alinhamento prévio com os gestores municipais, a fim de averiguar o quadro técnico institucional de cada município. Para isso, a equipe do IFRO, com a colaboração da Funasa, estabeleceu contato telefônico e por correio eletrônico para o pré-levantamento do quadro técnico nos municípios. Esse trabalho teve como objetivo alinhar as demandas necessárias para as reuniões de apresentação do projeto e estruturação dos Comitês.

O TR/Funasa (2018) ainda destaca que é por meio dos dois Comitês que o município conduzirá os processos de mobilização, participação social e comunicação em vista de informar a população acerca da elaboração do PMSB, de modo a se garantir que esse processo seja bem realizado, considerando especialmente a plena participação da comunidade local, envolvida em todo o processo, “(...) para que esta possa conhecer e discutir os resultados parciais, apreciar e validar o diagnóstico, prognóstico e as propostas e ações, de maneira a se incorporar ao PMSB as contribuições surgidas e pactuadas ao longo do processo”.

O Comitê Executivo do PMSB de Ouro Preto do Oeste é constituído de diferentes atores sociais, conforme decreto nº 14.854 publicado no Diário Oficial do Município em 21 de outubro de 2021.

3.2.2. Comitê de Coordenação

O Comitê de Coordenação é a instância consultiva e deliberativa, institucionalizada por meio de decreto municipal. Ele deve ser formado por representantes da sociedade civil organizada (entidades profissionais, empresariais, movimentos sociais e ONGs, dentre outros) e do poder público, relacionados ao saneamento básico. O comitê também deve integrar, na medida do possível, representantes dos Conselhos Municipais, da Câmara de Vereadores e do Ministério Público. Conforme o TR/Funasa (2018, p. 36), “[...] o decreto de nomeação do Comitê de Coordenação deve trazer além dessa composição mínima, as suas atribuições, as representações de cada nomeado, esclarecendo ainda sobre a suplência de cada representante”.

Leva-se em conta a preocupação de que a plenária do Comitê de Coordenação seja composta pela diversidade e pluralidade dos atores governamentais e sociais relacionados ao Saneamento Básico do Município, tendo como orientação primordial a garantia da paridade entre sociedade civil e poder público, com a ressalva de que os membros do Comitê Executivo não podem compor também o de Coordenação. Este, em Ouro Preto do Oeste, foi organizado e nomeado por meio do decreto nº 14.854 publicado no Diário Oficial do Município em 21 de outubro de 2021, conforme pode ser verificado no anexo III do presente documento.

3.3 Estratégias de mobilização, participação social e comunicação na capacitação dos comitês

Ao se integrar no Projeto Saber Viver, proposto pelo TED/Funasa/IFRO n. 8/2017, os colaboradores do município de Ouro Preto do Oeste e seus respectivos Comitês de Coordenação e Execução do PMSB procuraram se adequar à proposta formativa aplicada nos demais municípios que participam do projeto.

A Capacitação dos Comitês será realizada a partir de uma proposta de curso de qualificação (FIC) com carga horária de 30 horas, chamado de **Curso de Formação Continuada de Introdução à Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico**, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, *Campus Porto Velho Calama*, em parceria com a Funasa.

O curso será realizado de forma remota, em formato EAD, com uso de videoconferências e outras modalidades digitais de aprendizagem. O eixo tecnológico no qual o curso se enquadra é o de “Ambiente e Saúde”. Os pesquisadores do núcleo de assessoria, após terem participado deste mesmo curso de capacitação, o replicarão para os Comitês Executivos e de Coordenação dos Municípios.

O projeto pedagógico do curso (IFRO, 2019, p. 8) destaca como objetivo geral “[...] capacitar profissionais que atuem com eficiência na elaboração, no diagnóstico, na gestão e no gerenciamento dos Planos Municipais de Saneamento Básico”; e como objetivos específicos,

- Conhecer o Termo de Referência da Funasa para elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico;
- Compreender os princípios e os métodos da pesquisa-ação, a fim de desenvolver elementos analíticos para a compreensão global do PMSB;
- Compreender o processo de construção do PMSB e articular um planejamento estratégico no desenvolvimento das atividades;
- Identificar as políticas de Saneamento Básico em seu plano micro e macro; compreender os eixos estruturantes do Saneamento Básico;
- Levantar informações quanto aos principais componentes do Saneamento Básico e seus impactos nas condições de vida da população;
- Planejar, organizar e executar reuniões.

Segundo o respectivo projeto pedagógico (IFRO, 2019, p. 6),

o profissional formado por este curso será capaz de auxiliar na elaboração, acompanhamento, execução e gestão dos Planos de Saneamento Básico, identificando as demandas socioambientais para a operacionalização e execução de ações para a efetivação do saneamento básico, [bem como poderá atuar] em Instituições públicas e privadas, além do terceiro setor, na prestação de serviços referente à elaboração de planos de saneamento básico.

Por conta dos desafios gerados pela pandemia da COVID-19, o curso realizado junto aos Comitês de Ouro Preto do Oeste seguirá as mesmas propostas temáticas dos outros municípios integrantes do Projeto Saber Viver, mas com alterações na programação e predominância de encontros virtuais. A programação completa do curso pode ser consultada no anexo IV do presente documento.

Para facilitar a compreensão e o estudo pessoal dos participantes, a Equipe do Projeto Saber Viver preparou uma série de apresentações de *slides* e uma apostila com o resumo dos temas que serão debatidos no decorrer da capacitação. Ao todo, a coletânea de apresentações de *slides* contém onze temas, conforme as temáticas vivenciadas no Curso de Capacitação:

- a) Apresentação 1: Planejamento Estratégico;
- b) Apresentação 2: A importância do Plano Municipal de Saneamento Básico;
- c) Apresentação 3: O que é Saneamento Básico;
- d) Apresentação 4: Função dos Comitês;
- e) Apresentação 5: Importância da Participação Social no PMSB;
- f) Apresentação 6: Componentes do Saneamento Básico — Abastecimento de Água;
- g) Apresentação 7: Componentes do Saneamento Básico — Esgotamento Sanitário;
- h) Apresentação 8: Componentes do Saneamento Básico — Manejo de Resíduos Sólidos;
- i) Apresentação 9: Componentes do Saneamento Básico — Manejo de Águas Pluviais;
- j) Apresentação 10: Estratégia de Mobilização;
- k) Apresentação 11: Etapas e Produtos.

O roteiro, as apresentações de *slides* e a apostila da capacitação dos comitês também estão disponíveis para *download* na página web do Projeto Saber Viver, neste *link*: <http://saberviver.ifro.edu.br/capacitacaodoscomites-nav>. As figuras 6, 7 e 8 ilustram a configuração dos materiais a serem utilizados na formação.

Figura 4— Apostila para Capacitação dos Comitês



Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2019).

Figura 5— Padronização de Slides para Capacitação Dos Comitês



Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2019).

Figura 6— Extrato da página web do Projeto Saber Viver



Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

O sítio eletrônico do Projeto Saber Viver é de livre acesso a toda a população e contém importantes informações do processo de elaboração do PMSB, além dos instrumentais de trabalho.

3.3.1 Estratégias de mobilização para a capacitação dos Comitês

A estratégia de mobilização para a capacitação dos comitês se dará por meio do diálogo entre a gestão municipal de Ouro Preto do Oeste e a equipe do Projeto Saber Viver.

A formação das equipes dos Comitês Executivos nos municípios, por meio de Decretos, é a primeira etapa para atuação e participação dos membros no curso de capacitação, durante cinco encontros virtuais (30 horas). A gestão municipal se responsabilizou pelo convite pessoal a cada um dos integrantes e pelo contato dos coordenadores com os respectivos membros dos Comitês, incluindo-se as ligações telefônicas.

A capacitação dos Comitês de Ouro Preto do Oeste será realizada na primeira quinzena de dezembro de 2021, envolvendo encontros virtuais, para apresentação da equipe aos membros do comitê e demais autoridades municipais e capacitação para uso das ferramentas digitais

utilizadas no desenvolvimento das atividades do PMSB dentro do Projeto Saber Viver e estratégias de construção de entendimento coletivo. Posteriormente, as atividades serão divulgadas ao público em plataformas de vídeo online (Youtube, Portal da Prefeitura, etc.) e redes sociais.

3.3.2 Estratégias de comunicação na capacitação dos Comitês

Por se tratar de um curso restrito aos comitês executivos e de coordenação e por questões logísticas, não serão realizadas atividades prévias de divulgação do curso de capacitação, mas durante o curso planejam-se intervenções nas mídias locais para que a população tome conhecimento de que o processo de elaboração do PMSB foi iniciado.

As propostas de comunicação envolvem: convite aos jornais televisivos e rádios locais, divulgação de vídeos, fotos e depoimentos dos participantes nas redes sociais, postagem de notícias nos sites institucionais do IFRO, da Funasa e do Projeto Saber Viver. Ao mesmo tempo, o curso de capacitação também é o espaço e momento privilegiados para a criação de canais de comunicação entre os comitês, como grupos de e-mail e de WhatsApp. Após o curso de capacitação, também são previstas as estratégias de divulgação, por meios de comunicação locais, das notícias sobre o curso realizado.

3.3.3 Estratégias participação social na capacitação dos Comitês

O Curso de Capacitação é realizado especificamente com os membros dos Comitês Executivos e de Coordenação. Para garantir a ampla participação popular, a metodologia proposta pelo curso preza a articulação permanente entre conhecimento científico sistematizado e o conhecimento prático relacionado ao saber popular.

O Projeto Pedagógico do curso (IFRO, 2019) destaca que, “[...] para tanto, as ações previstas serão desenvolvidas a partir de uma abordagem dialética, que reconhece a prática social enquanto critério valorativo de produção”. Deste modo, os cursistas, além de compreenderem os critérios propostos pelo Termo de Referência, construirão coletivamente os conhecimentos acerca da realidade local de seus municípios de origem.

Desse modo, serão valorizados os procedimentos metodológicos que privilegiem o trabalho em equipe e a aplicação de instrumentais de saneamento na realidade local, favorecidos pelo uso de técnicas pedagógicas como a roda de conversa, a resolução em comum de situações-problema e a exposição dialogada dos conteúdos previstos, no decorrer dos dois dias presenciais. No restante da carga horária do curso, realizada remotamente, a participação será garantida por meio da possibilidade de intervenções escritas e faladas nas videoconferências realizadas na plataforma *Google Meet*², e em trabalhos colaborativos online, que podem ser realizados utilizando-se aplicações gratuitas como *Google Docs*³ e *Padlet*⁴. A proposta de cronograma do curso encontra-se no Anexo IV.

3.3.4 Setores de mobilização

O PMSB visa à universalização dos serviços de saneamento básico, exigindo um levantamento em nível municipal. Por isso, houve a necessidade de propor setores de mobilização, variando de acordo com o espaço territorial e pontos críticos nas localidades.

O Município de Ouro Preto do Oeste foi dividido em 7 (sete) setores de mobilização, dos quais 5 (cinco) se encontram em área urbana e 2 (dois) em área rural. Foram denominados **setores de mobilização na área urbana** aqueles compostos por bairros da sede do Município e por áreas mais próximas dela, conforme o Quadro 1. A figura 7 ilustra a localização desses setores.

² Google Meet é uma aplicação da Google LLC, que permite a realização de videoconferências em tempo real com salas virtuais acessíveis através de links de acesso compartilhados aos convidados. As reuniões também podem ser acessadas por um número maior de pessoas associando-a a uma plataforma de vídeos, tais como o Youtube. Na sala virtual do Google Meet, os usuários podem compartilhar telas, arquivos e conversar remotamente, em tempo real, por meio de vídeo e texto.

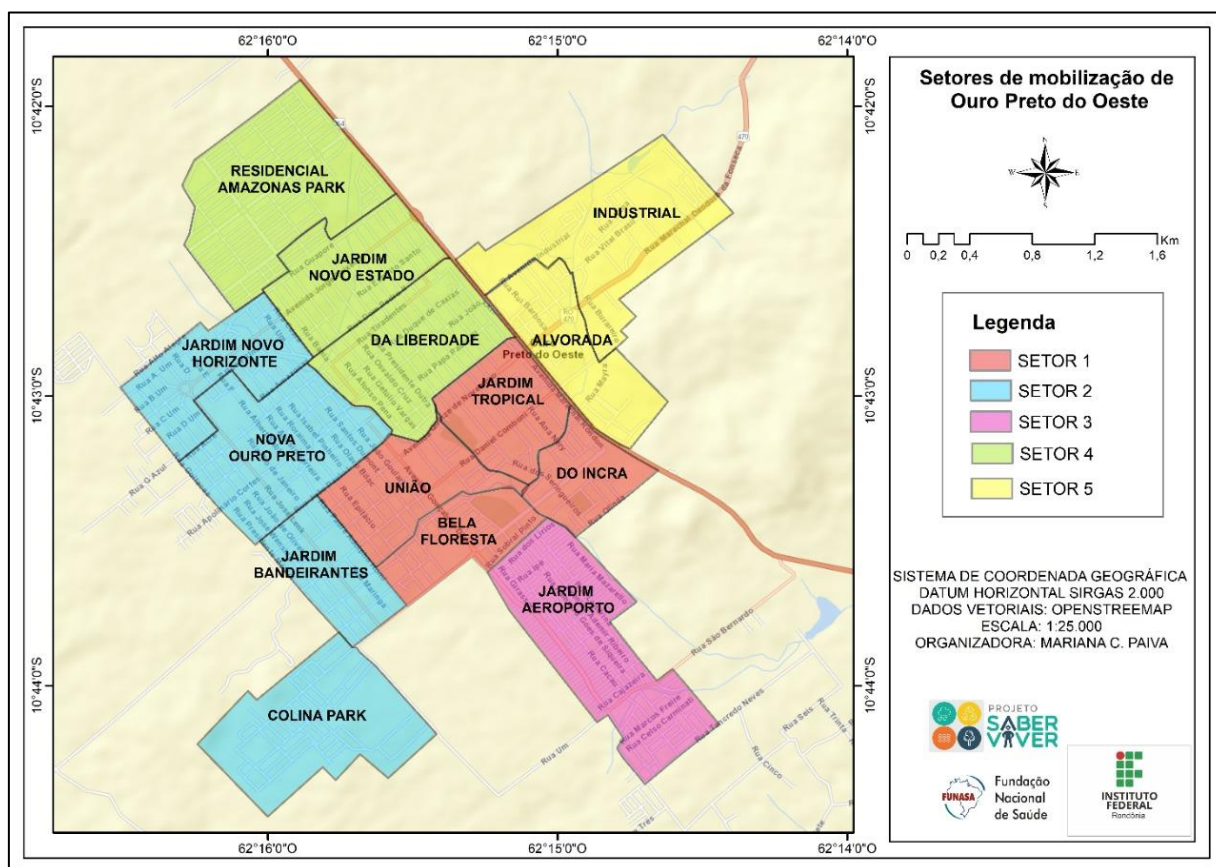
³ Aplicação gerenciada pela empresa Google LLC, que permite a construção coletiva/colaborativa e remota de arquivos de texto, permitindo que pessoas em diferentes lugares e horários possam colaborar na produção de qualquer arquivo de texto, com possibilidade de inserção de imagens, gráficos, etc. O salvamento das informações é automático e a atualização é quase simultânea.

⁴ Mural virtual que permite o trabalho colaborativo e remoto de diferentes naturezas. A plataforma permite que os murais finalizados sejam exportados em formato de imagem ou arquivo de texto.

Quadro 1— Setores de mobilização para as reuniões na área urbana do Município de Ouro Preto do Oeste

SETORES	BAIRROS	POPULAÇÃO ESTIMADA	DISTÂNCIA DA SEDE (APROXIMADA)
Setor 1	Bairro Jardim Tropical	4.300	Sede
	Bairro Bela Floresta		Sede
Setor 2	Bairro Cohab	4.800	Sede
	Bairro União		Sede
Setor 3	Bairros Jardim Aeroporto I, II e III	6.000	Sede
Setor 4	Bairro Liberdade	5.000	Sede
	Bairro Jardim Novo Estado		Sede
Setor 5	Setor Industrial, Alvorada	5.100	Sede

Figura 7– Mapa dos Setores de Mobilização da Área Urbana de Ouro Preto Do Oeste/RO.



Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2019).

A definição dos setores de mobilização da área rural levou em conta as condições de distância, as relações de trabalho e deslocamento entre a sede do município e essas localidades e também as variáveis de densidade e vizinhança, conforme previsto no Programa Nacional de

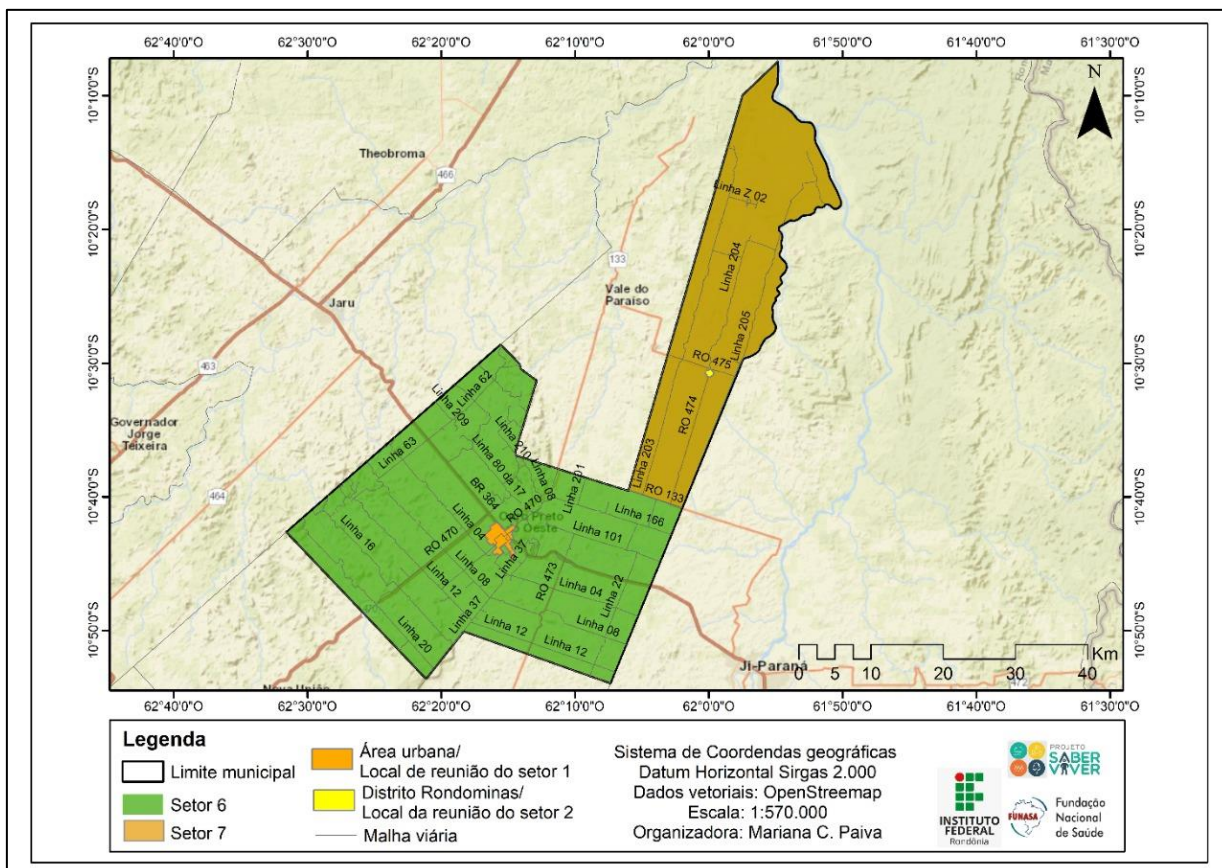
Saneamento Básico e salientado no Termo de Referência para elaboração do PMSB (FUNASA, 2018). Desse modo, a setorização da área rural do Município de Ouro Preto do Oeste foi disposta conforme o quadro 2.

Quadro 2— Setores de Mobilização na Área Rural do Município de Ouro Preto do Oeste

SETOR	ÁREAS QUE O COMPÕEM	POPULAÇÃO	DISTÂNCIA DA SEDE (APROX.)
Setor 6	Área Rural 1- Linhas 80 e 200 Área Rural 2- Linha 81 Associações Rurais	5.900	Aprox. 16 Km
Setor 7	Distrito de Rondominas (Núcleo do Distrito e adjacências, Linha Z 02, Linha 205, Linha 203.	5.000	55 Km

Os setores da zona rural estão demonstrados também na Figura 8. A sul-sudoeste, encontra-se o setor 6, referente à área que circunda a sede urbana, a norte-nordeste encontra-se o Distrito de Rondominas e sua circunvizinhança. A próxima seção apresenta todo o detalhamento das estratégias de comunicação, mobilização e participação social no processo de construção do PMSB.

Figura 8— Mapa dos Setores de Mobilização da Área Rural de Ouro Preto do Oeste/RO.



Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2019).

4 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM CADA ETAPA DO PROJETO

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) deverá ser elaborado com a participação de toda a população. Ocorrerão quatro eventos em que a participação da comunidade é de extrema importância: 1ª reunião setorizada (audiência de apresentação da proposta, equipe e comitês), 2ª reunião setorizada, 3ª reunião setorizada e Audiência Pública de entrega do PMSB.

O primeiro evento, chamado também de Audiência Pública, para apresentação dos Comitês, tem como objetivo tornar conhecidos para a população os membros das equipes de trabalho, as etapas e produtos do PMSB, além de apresentar o projeto Saber Viver, explicar como será elaborado o Plano Municipal de Saneamento Básico e destacar a importância do PMSB na vida da comunidade. Após essa primeira reunião, entra a fase de pesquisas para a elaboração do diagnóstico técnico-participativo acerca da situação do saneamento básico nos diversos setores do município.

Por conta dos desafios decorrentes da pandemia da COVID-19 e da orientação de evitar a aglomeração social esses primeiros encontros serão realizados através de rodas de conversa nas rádios locais e videoconferências através das redes sociais e canais de comunicação do poder executivo local. A participação social será garantida por meio de perguntas enviadas aos conferencistas e formulários pré-elaborados que podem ser preenchidos eletronicamente por meio de computadores e celulares/smartphones com acesso à internet. De acordo com agentes do Gabinete da Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste, a utilização de meios digitais não se apresenta com empecilho para participação de comunidades rurais, visto que também nesses espaços já há acesso à internet e às rádios locais.

No segundo evento será apresentado o diagnóstico técnico-participativo, a partir do qual a comunidade validará as informações que proporcionem uma visão detalhada da realidade local acerca dos quatro componentes do saneamento: abastecimento de água, manejo das águas pluviais, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos. Conforme salientado anteriormente, por conta das medidas de distanciamento social e dos cuidados sanitários para o enfrentamento da pandemia do coronavírus, a socialização do Diagnóstico Técnico-participativo será realizada através de meios não presenciais, tais como **web conferências** (*lives*

em redes sociais), **transmissão nas emissoras de rádio**⁵, **distribuição eletrônica (*pdf) das cartilhas educativas**⁶, **distribuição eletrônica dos Produtos**⁷ (*pdf) e, ainda, **difusão de vídeos informativos**⁸ do diagnóstico técnico-participativo.

O terceiro evento visa apresentar os prognósticos do saneamento básico do município, traçar os objetivos e metas e, com a opinião pública, classificar o grau de importância (imediate, de curto prazo, de médio prazo e de longo prazo) correspondente a cada meta. O último evento será realizado para a entrega do PMSB à população.

As estratégias de mobilização, comunicação e participação social serão executadas antes, durante e após as quatro reuniões setorizadas.

De início será realizada a capacitação dos comitês a respeito do PMSB. Para as reuniões com o Comitê Executivo serão desenvolvidas as orientações, discussões, avaliações e deliberação de como serão conduzidas as atividades a respeito da elaboração do Plano. O cronograma das atividades está contido no quadro 3.

⁵ Desenvolvidas para assegurar a comunicação com a população da zona rural dos municípios, em especial.

⁶ <https://saberviver.ifro.edu.br/cartilhas> - acesso às cartilhas educativas desenvolvidas para os municípios atendidos pelo Projeto Saber Viver.

⁷ <https://saberviver.ifro.edu.br/altaflorestadoeste-nav> - o acesso aos produtos desenvolvidos para o município de Alta Floresta do Oeste, por exemplo, pode ser obtido no botão “Produtos”. Os produtos são carregados na página após a aprovação pelo NICT/FUNASA-RO

⁸ <https://www.youtube.com/c/SaberViverRO/featured> - os vídeos educativos serão disponibilizados no canal do Youtube do projeto e, a depender do tamanho e formato, encaminhados via Whatsapp para a rede de colaboradores do Projeto Saber Viver.

Quadro 3— Cronograma das Atividades relacionadas à elaboração do PMSB

Evento	Objetivos	Público-Alvo	Estratégias de Publicidade	Documentos Para o Evento	Local	Quando
Capacitação	Treinamento dos comitês para Elaboração do PMSB	Membros Dos Comitês	Convite individual ao Comitê por meio de conversa pessoal ou ligações telefônicas	Lista de presença com inscrição dos presentes, apostila com temas da capacitação, registro fotográfico e vídeos. Links de acesso para encontros virtuais. Formulário de Presença para encontros virtuais; Gravação dos encontros virtuais.	5 encontros remotos, com interação virtual, modalidade videoconferência	Primeira quinzena de dezembro de 2021
Audiência Pública de Apresentação do PMSB	Apresentação da proposta, equipe e Comitês	Sociedade civil, técnicos e membros dos Comitês	Ofícios, convites entregues pelos agentes de saúde, carro de som, anúncio na rádio, <i>posts</i> na internet e redes sociais, contatos telefônicos, cartazes em pontos estratégicos dos setores, jornais e <i>e-mails</i>	Lista de presença com inscrição dos presentes (formulário digital), apostila com temas da capacitação, ata e gravação da reunião, formulários individualizados para envio de perguntas e sugestões de envio de sugestões/contribuições	Interação virtual remota, modalidade videoconferência	Segunda quinzena de dezembro de 2021
1ª Reunião Setorizada	Apresentação do PMSB e discussão sobre os quatro componentes do saneamento básico	Sociedade civil, técnicos e membros dos comitês	Ofícios, convites, carro de som, anúncio na rádio, <i>posts</i> na internet e redes sociais, contatos telefônicos, jornais e e-mails, sensibilização dos ACSs, levantamentos das lideranças da sociedade, barraca de conscientização na Feira Popular	Lista de presença com inscrição dos presentes (formulário digital), apostila com temas da capacitação, ata e gravação da reunião, formulários individualizados para envio de perguntas e sugestões de envio de sugestões/contribuições	Interação virtual remota, modalidade videoconferência e transmissão sobre o PMSB e forma de participação popular em rádio comunitária	A definir

Continuação do Quadro 3

Evento	Objetivos	Público-Alvo	Estratégias de Publicidade	Documentos Para o Evento	Local	Data e Hora
2ª Reunião Setorizada	Apresentação dos trabalhos referentes ao diagnóstico, coleta de dados e informações.	Sociedade civil, técnicos e membros dos Comitês	Ofícios, convites, carro de som, rádio, postagens na <i>internet</i> , contatos telefônicos, jornais e <i>e-mails</i>	Lista com inscrição dos presentes, memória da reunião e registro fotográfico	A definir	A definir
3ª Reunião Setorizada	Apresentação dos trabalhos referentes ao prognóstico e eleição dos representantes	Sociedade civil, técnicos e membros dos Comitês	Ofícios, convites, carro de som, rádio, postagens na <i>internet</i> , contatos telefônicos, jornais e <i>e-mails</i>	Lista de presença com inscrição dos presentes, memória da reunião e registro fotográfico	A definir	A definir
Audiência Pública e Entrega do PMSB	Apresentação e validação do PMSB	Sociedade civil, técnicos e membros dos Comitês	Ofícios, convites, carro de som, rádio, postagens na <i>internet</i> , contatos telefônicos, jornais e <i>e-mails</i>	Lista de presença com inscrição dos presentes, ata da reunião e registro fotográfico	Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste	A definir

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

Os locais e datas não indicados serão acordados com os Comitês locais, conforme o Projeto Saber Viver e as necessidades e condições locais.

4.1 Etapa de apresentação da proposta, da equipe de trabalho e dos comitês municipais junto à comunidade

O Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), a ser elaborado com a população, envolve quatro eventos, em que a participação da comunidade é de extrema importância.

4.1.1 Audiência Pública e Primeira Reunião Setorizada

O primeiro evento do processo de elaboração do PMSB será a Audiência Pública de apresentação da proposta, seguido da primeira reunião setorial. Devido às orientações acerca do distanciamento social relacionadas ao controle da pandemia da COVID-19, propomos que estes eventos sejam unificados e realizados por meio de uma videoconferência, possibilidade que tem se demonstrado bastante efetiva e com ampla participação social nesse período.

Ao mesmo tempo, será realizada uma apresentação breve das temáticas trabalhadas em rádio local, garantindo a difusão da informação para a população que não tenha acesso à

internet, bem como a distribuição de material informativo e didático (cartilhas infantis e panfletos) para a população e o compartilhamento de vídeos explicativos nas redes sociais e aplicativos de mensagem instantânea (*Whatsapp*) que apresentem o que é o PMSB para a população.

A Audiência é um instrumento de participação popular garantida pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) e se constitui um espaço fundamental para a construção do PMSB, por tornar o ato público e envolver a população no controle social de políticas públicas como as tratadas neste documento. A linguagem e a metodologia devem ser claras, para um entendimento adequado do PMSB por todos os envolvidos. Esta audiência tem como objetivo apresentar a equipe de trabalho dos Comitês de elaboração do MSB, cujo público-alvo é toda a comunidade. Serão convocados os Comitês de Coordenação e Executivo, Vereadores, Secretários Municipais, Juízes, Promotoria e Comunidade Escolar, dentre outros.

O processo formativo dessa etapa tem sua base construtivista, participativa e colaborativa. Para o êxito da construção necessita-se da participação social, com atores como a sociedade civil organizada, população e o poder público. A proposta metodológica para elaboração da Estratégia de Comunicação e Mobilização Social fundamenta-se no princípio do controle social, estabelecido pela Lei 11.445 (BRASIL, 2007), por meio do inciso IV do art. 3º, que consiste em um “[...] conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico”.

Utilizando-se o método de Explosão de Ideias (*brainstorm*)⁹, a partir de questões levantadas pelo condutor, espera-se que os envolvidos contribuam com ideias e sugestões, de forma objetiva e espontânea, para solução de problemáticas relacionadas ao saneamento básico, estimulando a comunidade a refletir com a equipe técnica. Mesmo que encontro se dê por meio de conferências virtuais pode-se utilizar de mecanismos acessórios que ajudem a população a participar de diferentes formas: por meio de comentários no *chat* da sala virtual, por meio de participação com abertura de microfone e câmera na sala de reuniões virtual, através de dinâmicas de responder formulários tais como *Google Forms*, *Mentimeter*¹⁰, dentre outros.

⁹ Metodologia de exploração de ideias, visando à obtenção das melhores soluções de um grupo de pessoas. Em linhas gerais, utiliza-se a Explosão de Ideias para se descobrir novos caminhos e alternativas perante uma situação aparentemente sem saída ou de difícil solução. a partir da superexposição das ideias de um grupo pessoas.

¹⁰ Google Forms e Mentimeter são aplicativos online de fácil acesso que permitem que o usuário responda questões ou emita opiniões e elabora automaticamente gráficos com as respostas oferecidas e nuvens de palavras com os verbetes mais citados.

Nessa instância serão levantadas questões quanto à dotação de infraestrutura e de qualidade dos serviços de abastecimento e tratamento de água, de esgotamento sanitário, de coleta e disposição final de resíduos sólidos e de drenagem de águas pluviais, a fim de nortear a discussão e facilitar o encaminhamento dos resultados.

Através das pontuações almeja-se realizar o mapeamento dos principais problemas de saneamento básico apontados pelos membros da comunidade em relação a cada bairro/localidade. O quadro 4 sintetiza os fundamentos da primeira reunião setorial.

Quadro 4— Fundamentos da Primeira Reunião Setorial

Objetivo Macro da Atividade	Objetivos Imediatos da Atividade	Procedimentos Metodológicos
Apresentar a proposta de trabalho do PMSB e colher informações com representantes das associações de bairros ou de moradores sobre a situação atual do saneamento básico do Município	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliar a discussão sobre aspectos relacionados ao saneamento básico; - Promover a interação e o comprometimento da comunidade no processo de elaboração do PMSB; - Listar as prioridades de atendimento da população envolvida; - Coletar subsídios para a elaboração do PMSB. 	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar a equipe; - Esclarecer os objetivos e metodologia do PMSB; - Esclarecer os objetivos dos Encontros Técnicos e a importância da participação da comunidade nas Audiências Públicas e demais eventos; - Coordenar as intervenções virtuais, garantindo a participação do maior número de pessoas possível; - Incentivar o grupo a expor suas ideias; - Sistematizar as falas, construindo ideias que serão registradas em ata na gravação da conferência virtual.

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

A reunião setorializada terá um caráter formativo e será elaborada durante o desenvolvimento do PMSB. Servirá basicamente para a publicação em mídias locais e as seguintes averiguações: a) examinar se houve eficácia na estratégia proposta; b) reconhecer seu progresso em relação ao previsto, suas metas de impacto; c) coletar depoimentos para avaliação da reunião setorializada.

Cuide-se para que sejam providenciados e preparados também os seguintes instrumentos: link de acesso à sala de encontro virtual, formulário para lista de presença, formulários para participação digital dos participantes. O Comitê Executivo cuidará para que sejam providenciados: a publicação do edital da assembleia em jornal oficial, com preferencialmente 15 dias de antecedência; a divulgação nas mídias locais; ofícios de convocação enviados com no mínimo 10 dias de antecedência aos Comitês, Vereadores, Secretários Municipais e Poder Judiciário.

A audiência pública remota será realizada através da aplicação StreamYard¹¹, com transmissão direta e em tempo real pelos canais do Youtube “[Saber Viver RO](#)” e Facebook do Projeto Saber Viver e com transmissão pelo Facebook da prefeitura. Seguindo a seguinte programação: **1)** Abertura com representantes da gestão municipal, representantes da FUNASA e do IFRO e dos comitês executivo e de coordenação; **2)** apresentação do que é Saneamento Básico e breve explicação acerca dos componentes do saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos); **3)** apresentação da proposta e da importância da elaboração do PMSB; **4)** Participação da comunidade por meio das plataformas digitais (*chats*, perguntas, comentários, contribuições, etc.), de modo que os atores sociais possam contribuir com seus saberes empíricos e técnicos na construção dos cenários presentes e futuros para os componentes do saneamento básico, tomados como eixos estruturantes do PMSB; **5)** Encerramento da atividade.

A audiência pública remota seguirá os procedimentos contidos no quadro 5, que define para cada etapa o tempo de exposição, os responsáveis e os materiais necessários, a fim de se evitarem falhas ou dificuldades no atendimento aos colaboradores.

Quadro 5— Sugestão de roteiro para execução da Audiência Pública Remota

Etapa	Tempo de Exposição	Quem?	Material necessário
Abertura: Acolhimento e boas-vindas	10 min	Gestores municipais e representantes da FUNASA e do IFRO	Computador ou smartphone
Apresentação sobre o que é Saneamento Básico e breve explicação de cada um dos seus componentes.	30 min.	Comitês e equipe de assessoria do IFRO	Computador ou smartphone
Apresentação do PMSB	30 min.	Comitês e equipe de assessoria do IFRO	Computador ou smartphone
Participação da comunidade: consultivas à plenária geral, para apresentação e validação dos dados	40 min	População	Computador ou smartphone
Encerramento do evento	10 min	Comitês e equipe de assessoria do IFRO	Computador ou smartphone
Carga horária total	2 horas		

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

¹¹ Destaca-se que essas audiências serão gravadas e disponibilizadas para futuras consultas na página Youtube do Projeto Saber Viver, tornando-se efetivo registro da discussão do PMSB e material de estudo para diferentes públicos.

A organização da audiência pública será realizada pelos comitês municipais e a equipe do projeto Saber Viver, sendo distribuídas as tarefas da seguinte forma:

Quadro 6— Organização da Audiência Pública Remota

Tarefa	Quem?	Nomes
Criação da sala de transmissão	Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Inserção dos convidados: cadastro convite.	Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Organização do roteiro/cerimonial	Comitês e Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Mediador da audiência	Comitês e Equipe de assessoria do IFRO	
Equipe responsável pela apresentação teórica do que é Saneamento Básico e seus componentes, do PMSB e da importância da participação social no processo de elaboração.	Comitês e Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Equipe responsável pela transmissão, difusão de informações e coleta/resposta de questionamentos no Youtube	Comitês e Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Equipe responsável pela transmissão, difusão de informações e coleta/resposta de questionamentos no Facebook	Comitês e Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Equipe responsável pela transmissão, difusão de informações e coleta/resposta de questionamentos no Instagram	Comitês e Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Equipe responsável pela certificação dos participantes	Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Equipe responsável pelo relatório final da audiência	Comitês e Equipe de assessoria do IFRO	A definir

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

Vale ressaltar que, para cada tarefa supracitada, teremos protocolo básico para cumprimento das ações, que envolve desde o processo de transmissão, coleta de informações, divulgação do formulário de inscrição etc.

No que tange ao registro de participação dos cidadãos, será disponibilizado um formulário online, nas salas de transmissão do evento. Esse formulário será estruturado com os seguintes dados: **mapa do município** com a definição do bairro para autoindicação dos participantes quanto ao setor de localização, **nome completo, CPF, data de nascimento, e-mail e telefone**. Com o objetivo de tornar o evento mais atrativo e reforçar o compromisso de cidadania, iremos proceder na certificação dos participantes. O formulário também possibilitará

o mapeamento da localidade, setor de mobilização, do participante e a definição das áreas urbana e rural.

4.1.2 Bate papo/rodada de conversa em rádio local

A fim de favorecer a maior difusão possível da informação, além da Audiência Pública/ 1ª Reunião Setorial Remota, será realizado o bate papo/rodada de conversa em uma emissora de rádio de abrangência municipal e terá o formato de uma entrevista com a seguinte programação: apresentação do que é o PMSB e da importância da participação social nesse processo, breve explicação do que se compreende por saneamento básico e os seus componentes.

Esse bate papo/rodada de conversa será conduzido pelo radialista da emissora, diante de pauta pré-estabelecida. A participação/interação dos munícipes se dará, por meio de mensagens eletrônicas ou ligações à emissora de rádio, bem como as plataformas de comunicação do projeto.

No que concerne ao registro de participação dos cidadãos, vale ressaltar que não é possível contabilizar o público ouvinte do rádio, já que não existe instrumentos tecnológicos para essa mensuração. No entanto, algumas emissoras dispõem de aplicativos de *web rádio* e assim é possível mensurar a quantidade de pessoas que acompanharam a transmissão. Em Ouro Preto do Oeste, podemos contar com as rádios:

- ✓ Rádio Rondônia FM – frequência 91,5 - Av Capitão Sílvio Gonçalves de Farias, 1220 - Bela Floresta - Ouro Preto do Oeste, RO - CEP: 76920-000
(69) 3461-3276
(69) 3461-1069
(69) 3461-3436

- ✓ Rádio Comunitária Super 104,9 FM-. Ana Neri, 1275 - Da Liberdade, Ouro Preto do Oeste - RO, 78950-000, Brasil.

(69) 99204-5061

4.1.3 Distribuição de cartilha e disposição de material informativo acerca do PMSB

Considerando a necessidade de abranger o maior número de pessoas na discussão do PMSB, ainda a fragilidade de cobertura de internet nas áreas rurais e em localidades ribeirinhas, soma-se a isso o atual cenário de distanciamento social provocado pela pandemia, optou-se por distribuir cartilhas informativas e dispor cartazes e faixas nos principais pontos de acesso da população no município (postos de saúde, igrejas, escolas, mercados, etc.)

As referidas cartilhas tratam-se de uma apresentação acerca do Saneamento Básico e o PMSB, bem como a importância da participação social no processo de gestão do saneamento básico municipal e uma cartilha infantil com uma pequena história e desenhos para colorir. Sua distribuição será realizada pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que continuam atuando nas visitas domiciliares. As cartilhas também estão disponíveis para download no endereço: <https://saberviver.ifro.edu.br/cartilhas>.

As dúvidas e sugestões da população sobre saneamento básico poderão ser submetidas, a qualquer momento, via mensagem eletrônica ou ligação telefônica aos canais de comunicação do projeto que constam em todos os materiais a serem distribuídos.

As figuras a seguir apresentam a visualização dos materiais informativos a serem entregues e dispostos nos principais pontos de acesso da população no município.

Figura 9 — Visualização de capas das cartilhas informativas



Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2020).

Figura 10— Modelo de cartazes



Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2020).

4.1.4 VÍDEO DE APRESENTAÇÃO DO PMSB

Outra forma de apresentação do PMSB e de formação da população acerca da importância do saneamento básico será realizada por meio de vídeos explicativos. Esse vídeo será elaborado pela equipe do projeto Saber Viver e contará com a participação dos membros dos Comitês e especialistas da FUNASA.

Sua divulgação será feita por meio das mídias sociais, principalmente pela lista de contatos dos multiplicadores do município registrados no *WhatsApp* do projeto, também será enviado para as secretarias de educação para difusão junto aos alunos da rede municipal e estadual. Dessa forma, espera-se atingir a toda a população do município.

4.1.5 ENTREVISTAS DOMICILIARES

O PMSB é construído levando em consideração a ampla participação social. Nesse sentido, a população tem um papel de fundamental importância na elaboração do Diagnóstico Técnico-Participativo. Tal participação será garantida através da entrevista, por amostragem, de alguns domicílios acerca das percepções de seus moradores acerca das condições do saneamento básico na sua localidade (bairro, região, etc.).

As entrevistas serão conduzidas pelos Agentes Comunitários de Saúde, que, neste período de pandemia, já realizam visitas sistemáticas de acompanhamento da população nas residências. As entrevistas são realizadas por meio do aplicativo *Survey Solutions*, que possibilita a geolocalização do entrevistado, o envio das informações para um banco de dados, o compartilhamento das informações coletadas através de planilhas e gráficos, dentre outras funcionalidades.

4.2 Segunda reunião setorial: etapa de apresentação do diagnóstico técnico-participativo e construção de cenários

O Diagnóstico Técnico-Participativo da situação do saneamento básico do município consiste na consolidação dos levantamentos realizados pela equipe do IFRO com o comitê Executivo, em campo. Contém a caracterização e avaliação dos quatro componentes do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo das águas pluviais e limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos), assim como outras informações relevantes para a construção e melhor entendimento do quadro do saneamento no município. Esse Diagnóstico permitirá traçar o panorama da situação atual e futura e planejar as ações para o setor de saneamento básico, com a participação social.

Isto posto e diante do cenário atual de emergência sanitária que tem como tendência a prorrogação de medidas de distanciamento social, o planejamento das ações de socialização do diagnóstico técnico-participativo nos municípios atendidos pelo TED nº 08/2017, será realizado por meio de **1) um bate papo/rodada de conversa em uma emissora de rádio do município e**

2) uma **audiência pública remota** por meio de plataformas digitais (*lives no YouTube e Facebook*)¹².

Além dos meios de difusão anteriormente citados, nos municípios que dispõem da continuidade das visitas domiciliares das ASC, iremos contar com o apoio dessas profissionais para a **3) distribuição da cartilha** do diagnóstico técnico-participativo do Saneamento Básico do município. Também será difundido por meio das mídias sociais e a lista de contatos dos multiplicadores do município do *WhatsApp*, um **4) vídeo explicativo**¹³ com os principais pontos do diagnóstico técnico-participativo.

Dessa forma, as próximas seções são dedicadas a descrição minuciosa das ações de comunicação, mobilização e participação social.

4.2.1 Estratégias de mobilização social

As ações para a mobilização serão realizadas pelos comitês com o apoio da equipe de assessoria do IFRO. Propõe-se que sejam realizadas reuniões remotas, explicando a importância da participação social, as estratégias de mobilização, os canais de transmissão e que seja configurado um cronograma dos eventos e um plano de trabalho¹⁴ com os comitês para distribuição das tarefas. Com o objetivo de viabilizar o entendimento das estratégias de mobilização planejadas, sintetizamos essas informações no quadro 7.

¹² Em ambos os casos, para registro da participação comunitária, será realizada a divulgação de formulário online para registro de participação, assim poderemos identificar a quantidade e origem dos participantes.

¹³ Destaca-se que outra forma adicional de registrar o número de cidadãos que acessaram o conteúdo do diagnóstico técnico-participativo é a contagem de acesso aos vídeos publicados no Youtube. Esse número pode ser majorado com a divulgação do link de acesso pela rede de whatsapp do Projeto Saber Viver, o qual é composto por lideranças municipais, representantes de entidades, membros dos comitês e funcionários municipais.

¹⁴ Modelo que consta no anexo I.

Quadro 7— Estratégias de Mobilização para divulgação dos resultados do Diagnóstico técnico-participativo.

Como?	Quem?	Onde Mobilizar?
Reunião com os comitês para planejar as estratégias da reunião setorizada	Comitês e equipe de assessoria do IFRO	Reunião de forma remota pelo <i>Google Meet</i>
Contato eletrônico e telefônico com os profissionais da educação e da saúde.	Estudantes, professores, diretores, agentes de saúde.	Via plataformas eletrônicas, mídias sociais e contato telefônico.
Contato eletrônico e telefônico com os profissionais do executivo, legislativo e judiciário.	Servidores públicos	Via plataformas eletrônicas, mídias sociais e contato telefônico.
Contato eletrônico e telefônico com as lideranças de organizações de sociedades civis, rurais, de bairro, religiosas, etc.	Sociedade civil organizada	Associações, cooperativas, igrejas, sindicatos, etc.

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

O intuito é que esses atores sociais contribuam no processo de mobilização em suas bases, ou seja, no seu bairro e comunidade, que sejam multiplicadores.

4.2.2 Estratégias de comunicação e divulgação

Para se ter êxito no processo de mobilização e participação social é crucial estabelecer estratégias de comunicação e divulgação eficazes, para tanto, os comitês municipais de Saneamento Básico com o apoio da equipe de comunicação do projeto serão os responsáveis pelo processo de comunicação e divulgação. Assim, o processo de comunicação e divulgação será realizado por meio das mídias tradicionais, sociais, impressas e visuais. O quadro 8 apresenta o tipo do meio de comunicação (mídia) e o material que será vinculado na difusão dos eventos.

Quadro 8— Comunicação e material de divulgação

Meio de comunicação	Material de divulgação	Local
Mídia visual	Faixas e cartazes	Locais públicos
Mídia social	Banner digital, cartaz digital, convite digital, <i>gifs</i> ...	<i>Instagram, Facebook, WhatsApp</i> e outros
Mídia tradicional eletrônica	Spot de divulgação dos eventos em carros volantes e emissoras de rádios	Locais públicos e emissoras de rádio
Mídia impressa	Cartilhas	Entregue nas residências da população pelas ACS.
Mídia digital	Matérias, vídeo convite ¹⁵ para os eventos, Post patrocinado nas mídias sociais (impulsioneamento por municípios)	Sites, <i>Instagram, Facebook, Youtube, WhatsApp</i> e outros

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

Apresentamos alguns modelos dos materiais que serão utilizados no processo de comunicação e divulgação.

Figura 11— Faixa de divulgação



Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2020).

¹⁵ Conforme modelo: <https://www.youtube.com/watch?v=GriiXC1i4I&feature=youtu.be>

Figura 12— Cartaz de divulgação digital



Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2020).

Figura 13– Texto para difusão nas emissoras de rádio e carros volantes

Convidamos a todos para participar da Web conferência de **“Socialização do Diagnóstico técnico-participativo para a Construção do Plano Municipal de Saneamento Básico de _____ (nome do município) ”**. Que será realizada dia ____ às ____ horas pela plataforma do Google Meet, com transmissão no Canal do Youtube “Saber Viver RO”. Uma ação do município de _____ com apoio técnico do IFRO e financeiro da Funasa.

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2020).

Figura 14– Modelo de convite digital

**RODADA DE CONVERSA ONLINE:
SANEAMENTO BÁSICO
COMO MEDIDA PREVENTIVA
AO COVID-19**

P R O G R A M A Ç Ã O

19h00- Abertura
Reitor do IFRO - *Uberlando Tiburtino Leite*
Superintendência da Funasa -
Marilyn Oliveira
Gestores municipais
Coord. Projeto Saber Viver -
Ronilson Oliveira

19h30- Panorama de investimentos
nos municípios atendidos pelo TED
N° 008/2017
*Vera Figueiredo - Engenheira da
Funasa*

19h45- Panorama do Saneamento
Básico nos municípios atendidos
pelo TED N° 008/2017
*Fábio Pazini - Pesquisador de
Engenharia do Projeto Saber Viver).*

20h00 - Percepção social do
Saneamento Básico
*Tânia Olinda Lima - Pesquisadora de
Estudos Sociais do Projeto Saber
Viver.*

20h10- COVID-19 e o Saneamento
Básico
*Sirlei Lima - Funasa
Antônio dos Santos Júnior-
Coordenador
Técnico Projeto Saber Viver*

20h30- Relato de experiência dos
membros dos Comitês Municipais
de Saneamento Básico.

Dia 15/07/2020 às 19h00
ACESSO: meet.google.com/ekp-nper-tyc
Ou acompanhe a transmissão
pelo **Canal do Youtube**
"Saber Viver RO"

Saiba mais em:
saberviver.ifro.edu.br

projetosaberviver.ro | projetosaberviverRO
@saber_projeto | (69) 99274-5172

**PROJETO
SABER
VIVER**
Construindo Planos Municipais
de Saneamento Básico - PMSBs

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2020).

No que se refere ao impulsionamento em mídias digitais, é de fundamental importância no processo de divulgação dos eventos, considerando o atual cenário de emergência sanitária e distanciamento social. Por meio dos posts de impulsionamento é possível mostrar determinada publicação a um público definido, bem como definir a localização do público-alvo, aumentando assim a divulgação das ações do PMSB.

4.2.3 Estratégias de participação social

Para a participação e interação da comunidade, nos eventos de socialização do diagnóstico técnico-participativo, diante das medidas de distanciamento social, propõem-se: **1)** um bate papo/rodada de conversa em uma **emissora de rádio do município**; **2)** uma **audiência pública remota** por meio de plataformas digitais (*lives, StreamYard*), **3)** difusão das **cartilhas do diagnóstico técnico-participativo** do Saneamento Básico pelas ACS de cada município, com coleta de assinatura de recebimento e **4)** a difusão por meio das mídias sociais e a lista de contatos dos multiplicadores dos municípios do *WhatsApp*, de um vídeo informativo com os principais pontos do diagnóstico técnico-participativo. O quadro 9 sintetiza as estratégias supracitadas.

Quadro 9— Estratégias de Participação Social diante medidas de distanciamento social

Como?	Quem?	Onde
Bate papo/rodada de conversa	Comitê, equipe de assessoria e os ouvintes.	Emissoras de rádio
Audiência pública remota	Comitê, equipe de assessoria e os participantes.	Plataformas digitais (<i>lives, Google Meet, Youtube e Instagram.</i>)
Distribuição das cartilhas do diagnóstico técnico-participativo do Saneamento Básico	Agentes comunitárias de saúde	Residências
Vídeo explicativo do diagnóstico técnico-participativo do Saneamento Básico.	Comitês, equipe de assessoria e população.	<i>WhatsApp, Facebook, Youtube e Instagram.</i>

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

Diante do exposto, a próxima seção é dedicada a descrição de cada evento/ação citado no quadro 9.

4.2.4 Execução da segunda reunião setorizada

Diante do cenário atual de distanciamento social, optou-se por utilizar diversos meios de difusão do diagnóstico técnico-participativo, com o objetivo de informar e agregar o maior número de pessoas. Assim, apresenta-se uma síntese do planejamento de cada ação anteriormente citada no quadro 9.

4.2.4.1 BATE PAPO/RODADA DE CONVERSA

O bate papo/rodada de conversa será realizado em uma emissora de rádio de abrangência municipal e terá o formato de uma entrevista com a seguinte programação: apresentação dos resultados levantados em campo sobre o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo das águas pluviais, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos pelos membros dos comitês e equipe do IFRO com participação da equipe da FUNASA. Esse bate papo/rodada de conversa será conduzido pelo radialista da emissora, diante de pauta pré-estabelecida. A participação/interação dos munícipes se dará, por meio de mensagens

eletrônicas ou ligações à emissora de rádio, bem como as plataformas de comunicação do projeto¹⁶.

No que concerne ao registro de participação dos cidadãos, vale ressaltar que não é possível contabilizar o público ouvinte do rádio, já que não existem instrumentos tecnológicos para essa mensuração. No entanto, algumas emissoras dispõem de aplicativos de *webrádio* e assim é possível mensurar a quantidade de pessoas que acompanharam uma transmissão.

4.2.4.2 AUDIÊNCIA PÚBLICA REMOTA

A audiência pública remota será realizada pela plataforma de streaming *StreamYard*¹⁷, com transmissão pelos canais do *Youtube* “[Saber Viver RO](#)” e *Facebook* do Projeto Sabe Viver e também com transmissão pelo Facebook da prefeitura. Seguindo a seguinte programação: 1) Abertura com representantes da gestão municipal, representantes da FUNASA e do IFRO; 2) apresentação dos resultados levantados em campo sobre o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo das águas pluviais, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos pelos membros dos comitês e equipe do IFRO; 3) Participação da comunidade por meio das plataformas digitais, de modo que os atores sociais possam contribuir com seus saberes empíricos e técnicos na construção dos cenários presentes e futuros para os componentes do saneamento básico, tomados como eixos estruturantes do PMSB.

A audiência pública remota seguirá os procedimentos contidos no quadro 10, que define para cada etapa o tempo de exposição, os responsáveis e os materiais necessários, a fim de se evitarem falhas ou dificuldades no atendimento aos colaboradores.

¹⁶ Um evento piloto foi realizado na Rádio Comunitária de Vale do Paraíso/RO. Seus resultados podem ser conhecidos no documento - RELATÓRIO DA RODADA DE CONVERSA ONLINE: Saneamento básico como medida preventiva à COVID-19 TED 08/2017 FUNASA/IFRO – anexado à presente proposta.

¹⁷ Destaca-se que essas audiências serão gravadas e disponibilizadas para futuras consultas na página Youtube do Projeto Saber Viver, tornando-se efetivo registro da discussão do PMSB e material de estudo para diferentes públicos.

Quadro 10— Sugestão de Roteiro para a execução da Audiência Pública Remota

Etapa	Tempo de Exposição	Quem?	Material necessário
Abertura: Acolhimento e boas vindas	10 min	Gestores municipais e representantes da FUNASA e do IFRO	Computador ou smartphone
Apresentação do Diagnóstico Técnico-Participativo	40 min	Comitês e equipe de assessoria do IFRO	Computador ou smartphone
Participação da comunidade: consultivas à plenária geral, para apresentação e validação dos dados	40 min	População	Computador ou smartphone
Validação do Diagnóstico Técnico-Participativo	20 min	População	Computador ou smartphone
Encerramento do evento	10 min	Comitês e equipe de assessoria do IFRO	Computador ou smartphone
Carga horária total	02 horas		

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

A seguir apresentamos as metodologias de socialização do diagnóstico técnico-participativo que poderão ser utilizadas na audiência pública remota.

a) Linha do tempo

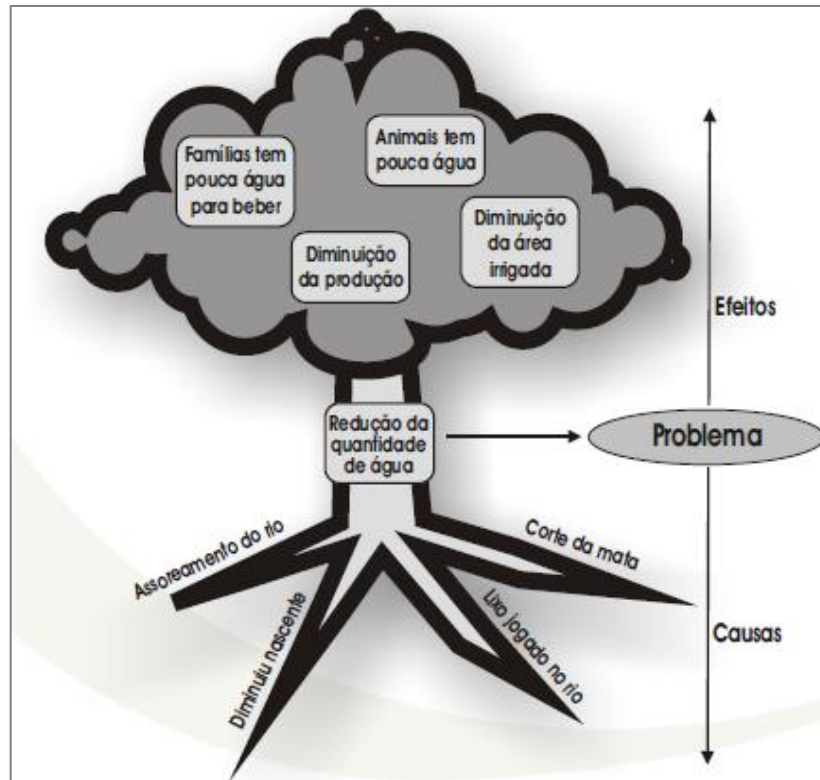
Consiste na apresentação histórica da cobertura do saneamento básico, pontuando datas e acontecimentos importantes. O intuito é utilizar para a descrição geral do serviço de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e manejo de resíduos sólidos existentes no município. O quadro 13 apresenta um traçado metodológico.

b) Matriz de problemas, causas e efeitos

Esta ferramenta visualiza e ajuda a entender a existência de certos problemas, bem como suas causas, efeitos e o que fazer para eliminá-los. O seu traçado metodológico se estrutura da seguinte forma: 1) no tronco da árvore são definidos os problemas, 2) nas raízes são inseridas as causas dos problemas e 3) os galhos representam os efeitos que determinado problema está gerando. Uma vez selecionados todos os elementos, apresenta-se o que é causa e o que é efeito.

Se necessário, trocam-se os referenciais da raiz com os dos galhos ou copa. A figura 05 ilustra a aplicação desse instrumento metodológico.

Figura 15— Árvore de Problemas

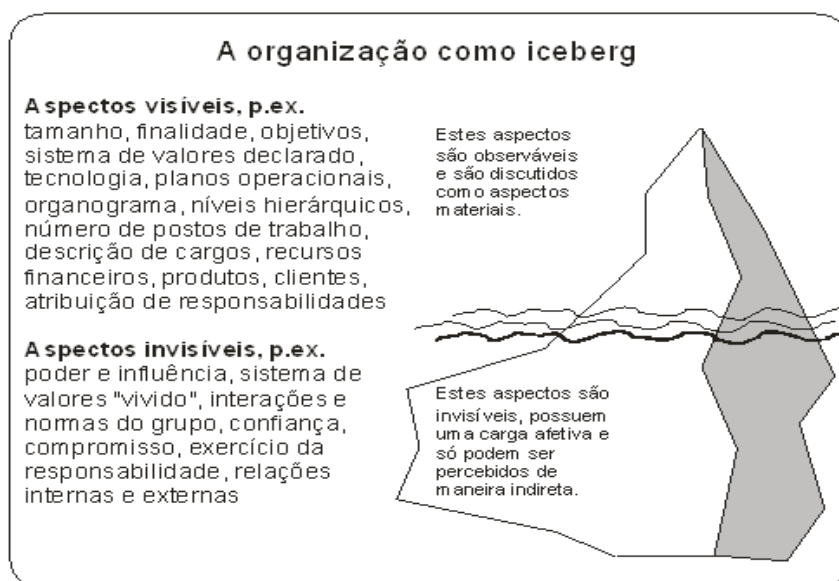


Fonte: Verdejo (2006)

c) Iceberg

A ferramenta objetiva identificar os aspectos visíveis e invisíveis dos problemas do saneamento básico e permite iniciar um processo de sensibilização e discussão sobre a realidade diagnosticada (figura 06).

Figura 16— Esquema do instrumento “iceberg”



Fonte: Silva (2010)

O quadro 11, apresenta a síntese das metodologias supracitadas e sua aplicação na socialização do diagnóstico técnico-participativo.

Quadro 11— Metodologias de socialização do Diagnóstico Técnico-Participativo

Serviço de abastecimento de água	Serviço de esgotamento sanitário	Serviço de manejo de águas pluviais	Serviço de manejo de resíduos sólidos
<p>Descrição, identificação e caracterização do serviço de abastecimento de água existente no município</p> <p><i>Sugestão de ferramenta: linha do tempo; Matriz de problemas, causas e efeitos e Iceberg</i></p>	<p>Descrição, identificação e caracterização do esgotamento sanitário existente no município</p> <p><i>Sugestão de ferramenta: linha do tempo; Matriz de problemas, causas e efeitos e Iceberg</i></p>	<p>Descrição, identificação e caracterização do manejo de águas pluviais</p> <p><i>Sugestão de ferramenta: linha do tempo; Matriz de problemas, causas e efeitos e Iceberg</i></p>	<p>a) Descrição, identificação e caracterização dos resíduos sólidos gerados no município</p> <p>a.1) Acondicionamento, coleta, transbordo e transporte</p> <p>a.2) Tratamento, destinação e disposição final</p> <p><i>Sugestão de ferramenta: linha do tempo; Matriz de problemas, causas e efeitos e Iceberg</i></p>

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

A organização da audiência pública será realizada pelos comitês municipais e a equipe do projeto Saber Viver, sendo distribuídas as tarefas da seguinte forma:

Quadro 12— Organização da audiência pública remota

Tarefa	Quem?	Nomes
Criação da sala de transmissão	Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Inserção dos convidados: cadastro convite.	Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Organização do roteiro/cerimonial	Comitês e Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Mediador da audiência	Comitês e Equipe de assessoria do IFRO	
Equipe responsável pela transmissão, difusão de informações e coleta/resposta de questionamentos no Meet	Comitês e Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Equipe responsável pela transmissão, difusão de informações e coleta/resposta de questionamentos no Youtube	Comitês e Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Equipe responsável pela transmissão, difusão de informações e coleta/resposta de questionamentos no Facebook	Comitês e Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Equipe responsável pela transmissão, difusão de informações e coleta/resposta de questionamentos no Instagram	Comitês e Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Equipe responsável pela certificação dos participantes	Equipe de assessoria do IFRO	A definir
Equipe responsável pelo relatório final da audiência	Comitês e Equipe de assessoria do IFRO	A definir

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

Vale ressaltar que, para cada tarefa supracitada, teremos protocolo básico para cumprimento das ações, que envolve desde o processo de transmissão, coleta de informações, divulgação do formulário de inscrição, etc.

No que tange ao registro de participação dos cidadãos, será disponibilizado um formulário online, nas salas de transmissão do evento. Esse formulário será estruturado com os seguintes dados: mapa do município com a definição do bairro para autoindicação dos participantes quanto ao setor de localização, nome completo, CPF, data de nascimento, e-mail e telefone. Com o objetivo de tornar o evento mais atrativo e reforçar o compromisso de cidadania, iremos proceder na certificação dos participantes. O formulário também possibilitará o mapeamento da localidade, setor de mobilização, do participante e a definição das áreas urbana e rural.

4.2.4.3 DISTRIBUIÇÃO DAS CARTILHAS DO DIAGNÓSTICO TÉCNICO-PARTICIPATIVO DO SANEAMENTO BÁSICO

Considerando a necessidade de abranger o maior número de pessoas na discussão do PMSB, ainda a fragilidade de cobertura de internet nas áreas rurais e em localidades ribeirinhas, soma-se a isso o atual cenário de distanciamento social provocado pela pandemia, optou-se por distribuir as cartilhas do diagnóstico técnico-participativo do Saneamento Básico, que foram elaboradas de acordo com as especificidades de cada município.

As cartilhas apresentam uma síntese do diagnóstico técnico-participativo do Saneamento Básico dos municípios atendidos pelo TED n° 08/2017, no que se refere aos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, drenagem das águas da chuva, coleta e destinação do lixo, bem como o impacto da ausência ou presença desses serviços nas condições de vida da população.

A sua distribuição será feita pelas Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) que no ato da entrega do material, farão o registro de dúvidas da população rural sobre o saneamento básico em formulário próprio e a coleta da assinatura de comprovação.

Reforçamos que as dúvidas e sugestões da população sobre saneamento básico poderão ser submetidas, a qualquer momento, via mensagem eletrônica ou ligação telefônica aos canais de comunicação do projeto que constam na contracapa da cartilha, e nos comentários do Facebook, Instagram e Youtube.

4.2.4.4 VÍDEO EXPLICATIVO DO DIAGNÓSTICO TÉCNICO-PARTICIPATIVO DO SANEAMENTO BÁSICO

Outra forma de difusão do diagnóstico técnico-participativo se dará por meio de vídeos explicativos com os principais pontos diagnosticados. Esse vídeo será elaborado pela equipe do projeto Saber Viver e contará com a participação dos membros dos Comitês e especialistas da FUNASA.

Sua divulgação será feita por meio das mídias sociais, principalmente pela lista de contatos dos multiplicadores do município registrados no *WhatsApp* do projeto, também será

enviado para as secretarias de educação para difusão junto aos alunos da rede municipal e estadual. Dessa forma, espera-se atingir a toda a população do município.

4.3 Terceira reunião setorial: etapa de apresentação da prospectiva para a avaliação e controle social da comunidade

Essa etapa trata da apresentação de estratégias para que o município possa alcançar os objetivos, diretrizes e metas prevista no PMSB, prevendo o planejamento integrado dos quatro componentes do saneamento (abastecimento de água, resíduos sólidos, drenagem pluvial, esgotamento sanitário), contemplando sede, distritos e localidades, incluindo as áreas rurais.

Considera-se a necessidade de observar a compatibilização do Plano Municipal de Saneamento Básico com outros planos, como o Plano de Bacia Hidrográfica em que o município estiver inserido, bem assim com o Plano Plurianual (PPA), sobretudo no momento da revisão, que deve ocorrer em prazo não superior a quatro anos.

E, ainda que a Lei do Saneamento Básico (BRASIL, 2007) não mencione expressamente o Plano Diretor do Município, sabe-se que vários aspectos do saneamento dependem dos parâmetros de uso e ocupação do solo, da situação fundiária, do zoneamento urbanístico e ambiental, da delimitação do perímetro urbano, das diretrizes de expansão urbana, entre outros aspectos.

Para citar alguns exemplos dessa dependência, basta lembrar que as restrições de ocupação em áreas ambientalmente frágeis (como mananciais, encostas, fundos de vale) determinam não somente as soluções tecnológicas cabíveis para a implantação dos serviços de saneamento básico, mas também a busca de alternativas para o acesso à terra urbanizada e bem localizada — matéria central do Plano Diretor e da Política Habitacional.

A fim de garantir a efetividade e legitimidade do prognóstico, a participação social se torna fundamental. Para tanto, deverá envolver os agentes/entes públicos e as instituições, como escolas, unidades de saúde, programas sociais (CRAS, CREAS e PACS), Câmara Municipal, servidores públicos em geral e prestadores de serviços públicos terceirizados (quando houver); deverá envolver ainda a sociedade civil (urbana e rural), composta pelas Organizações Não Governamentais (ONGs), lideranças religiosas, lideranças comunitárias, associações, cooperativas, conselhos e sindicatos.

Assim, para mobilizar e comunicar à população supracitada, é necessário ter previamente estabelecido o local, a data e o horário da reunião, reforçando a participação e a importância de cada cidadão. A divulgação e comunicação deverão ser realizadas por meio de:

- a) convites para todos os entes públicos;
- b) ofícios para os gestores públicos e dirigentes das entidades;
- c) divulgação em emissoras de TV, Rádio e jornais;
- d) redes sociais (Instagram, Facebook, WhatsApp, sites da prefeitura e do projeto Saber Viver);
- e) entregas de panfletos;
- f) cartazes e faixas;
- g) caminhadas em datas estratégicas, *pit-stop*;
- h) divulgação em carros e/ou motos de som.

Para que esta etapa de prognóstico seja realizada com o maior número de pessoas possível, é importante manter o contato com os participantes das reuniões anteriores, principalmente as pessoas que colaboraram na construção do diagnóstico, a partir da lista de presença.

No dia da reunião, serão necessários materiais de apoio, como: crachás com os nomes para todos (forma de identificação pessoal), papel, caneta, pinceis, caixas de sugestões abertas ¹⁸. Entretanto, caso nesse período permaneçam vigentes as orientações de distanciamento social em vistas do controle da pandemia do coronavírus, a etapa precisará ser estruturada a partir de atividades remotas, tais como descritas nas etapas anteriores.

4.3.1 Execução da terceira reunião setorial

No início da reunião será realizado o cadastramento dos participantes. Em seguida se fará uma apresentação para explicar o andamento da reunião, bem como para realizar o prognóstico e perspectivas futuras. As atividades participativas serão divididas em quatro temas ou eixos de discussão: abastecimento de água, drenagem de águas pluviais, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos. A abordagem desses temas será desenvolvida em

¹⁸ Caixas de Sugestões é uma metodologia aplicada para coletar possíveis soluções/ações para os problemas de saneamento básico diagnosticados, referentes aos quatro eixos do PMSB. Essas caixas são deixadas em locais estratégicos antes das reuniões (por exemplo: escolas), e abertas no dia das reuniões setorializadas. Essas sugestões serão lidas para serem debatidas.

“rodas de discussão”, conduzidas por um mediador pré-estabelecido (integrante do comitê) e um relator, que poderá ser decidido no momento da formação das rodas.

Além disso, serão disponibilizados bolsões para propostas de ações imediatas e de curto, médio e longo prazos, para problemas diagnosticados. Esses bolsões serão verificados durante toda a reunião e contribuirão com as ideias debatidas na roda de discussão. Vale destacar que todos os presentes poderão participar propondo sugestões.

O fim das rodas de discussão se dará com uma hora e meia antes de se encerrar a reunião. Para a validação das propostas, ações e programas discutidos, todas as sugestões dos grupos de discussão dos eixos devem ser lidas com microfone, a fim de que todos os presentes possam ouvir, opinar e classificar as metas, identificando o nível de prioridade (imediatas e de curto, médio e longo prazos). A classificação será conduzida por meio do voto dos participantes, utilizando plaquinhas como ferramentas. Essas plaquinhas conterão o nível de prioridade da ação avaliada e servem como uma forma de organização para sistematizar as propostas. A cada meta será atribuído um valor de 1 a 4 (1 é imediato; 2, curto prazo; 3, médio prazo; e 4, longo prazo).

Ao fim da reunião será possível realizar *feedback* por meio dos canais de comunicação do projeto. Além disso, os certificados de participação na reunião serão encaminhados para o *e-mail* fornecido no cadastramento. Todos poderão acessar as fotos nos perfis do Projeto Saber Viver. O Quadro 13 sintetiza os procedimentos esperados:

Quadro 13— Desenvolvimento das atividades da 3ª reunião setorizada

Atividades	Responsável	Tempo de exposição	Material
Cadastramento	Comitê	15 min	Computador, papel e caneta
Introdução sobre prognóstico e prospectiva futura	Comitê	40 min	Papel e Caneta
Atividade: Roda de discussão	Comitê	60 min	Papel e Caneta
Atividade: Bolsões	Comitê	Durante todo o evento	Papel e Caneta
Construção do prognóstico e prospectivas futuras	Comitê	90 min	Microfone, <i>datashow</i> e Plaquinhas
Finalização da reunião	Comitê	20 min	Microfones

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

Observações:

- a) A linguagem precisa ser acessível a todos (comunicar-se de forma clara, simples e correta).

- b) É importante emitir declaração/certificado de participação na reunião (como um incentivo à participação).
- c) É necessária a elaboração de ata com as proposições validadas.
- d) A lista de presença, com CPF, é uma comprovação da participação da comunidade nas proposições validadas e serve de documento de consulta e referência.

Caso a reunião seja realizada por meio digital, através de videoconferência, pode-se tomar como referência o modelo proposto para a primeira reunião setorizada.

4.4 Etapa de entrega do PMSB para a gestão da comunidade

Após a realização das Oficinas dos Comitês para apresentação de Programas, Projetos e Ações do PMSB, ocorrerá a Audiência Pública de aprovação do Plano, ou conferência municipal, com o objetivo de apresentar e entregar o documento final do PMSB à população.

É importante relatar que, antes da realização da Conferência Municipal, com a consolidação dos relatórios anteriores, já se terá uma noção de como ficará o PMSB. Com isso, a realização da conferência tem por finalidade legitimar o processo, dirimir conflitos e aprovar programas, projetos e ações em saneamento para o município. Espera-se que a proposta final seja avaliada do ponto de vista do cumprimento da legislação e da incorporação das contribuições surgidas e pactuadas durante o processo.

Para a realização da Conferência Municipal, serão necessárias estratégias prévias de logística. O Comitê de Coordenação deverá indicar o local, dia e hora para realização do evento.

A Conferência para divulgação final do material completo do Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser amplamente divulgada, com antecedência mínima de 15 dias da data do evento, inclusive em sítio eletrônico, para consulta e sugestões.

Para divulgação da Conferência Municipal, é preciso compreender as realidades locais, verificando as necessidades específicas de áreas urbanas e áreas rurais, inclusive das comunidades tradicionais.

Nas áreas urbanas, recomenda-se a ampla divulgação, com o auxílio de mídias primárias, secundárias e terciárias, em sedes dos municípios, instituições escolares e religiosas, hospitais, gabinete de vereadores, redes sociais, imprensa local, órgãos públicos e áreas de trânsito em geral.

Serão confeccionados os seguintes recursos para a divulgação: *folders*, cartazes e faixas, cartilhas, *banners*, ofícios, bem como inserções em rádio, jornal local, *blogs*, redes sociais e qualquer outro meio de divulgação. É necessário ainda o diálogo constante com diretores, professores, alunos, agentes de saúde, autoridades e lideranças locais.

O Quadro 14 sintetiza as principais ações de mobilização para a Conferência na área urbana.

Quadro 14— Mobilização para a I Conferência Municipal de Saneamento Básico na área urbana

Atividades estratégicas	Responsáveis	Locais	Materiais necessários
<i>Pit stop</i> para a divulgação	Colaboradores	Sede do município	<i>Folders</i> da Conferência, saco de lixo para carro
- Visita a escolas, igrejas, universidades; - Orientação a diretores e professores de escolas para motivar participação; - Palestra para alunos do IFRO e UNIR, partilhando o processo realizado e convidando para a conferência.	Comitês e Colaboradores	Escolas, Igrejas, Centros Culturais, Sindicatos, Associações, etc.	- <i>Folders</i> e cartazes da Conferência, - Cartilhas sobre Saneamento; - Outros...
- Disponibilizar cartazes nas creches, UPAs, hospitais.	Comitês e Colaboradores	Creches, UPAs e hospitais	- Cartazes
- Divulgação nas Redes sociais.	Comitês e colaboradores	Facebook, Instagram, Twiter, WhatsApp	- <i>Layout</i> de divulgação digital
- Incentivar/motivar lideranças de bairro.	Comitês e colaboradores	Associações, Sindicatos, Clubes	<i>Folders</i> e cartazes
- Convite na Rádio e TV Locais.	Comitês e colaboradores	Emissoras de rádio e de televisão	- Vinheta para rádio; - Entrevista com membro dos Comitês.
- Convite para órgãos públicos, autoridades e líderes locais.	Comitê de Coordenação	Órgãos públicos, ONGs, entidades de classe	- Convite impresso
- Panfletagem em postos, praças.	Comitês e colaboradores	Locais de referência	- Panfletos/ <i>folders</i>
- Publicação do Edital da Conferência no Diário Oficial e no site da Prefeitura.	Comitê Executivo e Prefeitura	20 dias antes da Conferência	—

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

Nas áreas rurais, dependendo do perfil local, será priorizada a divulgação por meio de rádios locais, contato com órgãos presentes na região, incentivo a líderes locais, diálogo com movimentos, associações e cooperativas. Para tanto, serão utilizados ainda carro de som, cartazes, cartilhas, *folders*, ofícios, faixas, convites oficiais para órgãos públicos e sociedade civil.

O Quadro 15 sintetiza as principais ações de mobilização para a Conferência na área rural.

Quadro 15— Mobilização para a I Conferência Municipal de Saneamento Básico na área rural

Área rural/povos tradicionais	Responsáveis	Locais e datas	Materiais necessários
Convite pela Rádio local ou comunitária.	Comitês e Colaboradores	A definir	- Vinheta para rádio;
Contato com agentes de saúde e órgãos presentes na região.	Comitês e Colaboradores	A definir	- Panfletos/ <i>folders</i>
Incentivo à movimentação de líderes locais.	Comitês e Colaboradores	A definir	- Panfletos/ <i>folders</i>
Convite para movimentos, associações, cooperativas, etc.	Comitês e Colaboradores	A definir	- Panfletos/ <i>folders</i>
Quando houver internet, divulgação por meio das redes sociais.	Comitês e Colaboradores	A definir	- Panfletos/ <i>folders</i>
Combinar questões de transporte das lideranças locais para a Conferência.	Comitês e Colaboradores	A definir	---

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

A Conferência será conduzida pela Prefeitura, com o auxílio dos Comitês. Cabe aos organizadores do evento preparar um local adequado para receber o público, organizar o material audiovisual e realizar a mobilização social. Sugere-se que seja realizada na Câmara Municipal.

Os registros apresentados na Conferência Municipal serão: um relatório final descrevendo todas as etapas de elaboração do PMSB; a minuta de Projeto de Lei, que deverá estar em conformidade aos dispositivos inseridos no PMSB e às demais normas vigentes; e a apresentação de membros do Conselho. A equipe de organização deve providenciar:

- a) A versão impressa e encadernada do documento consolidado do PMSB;
- b) Minuta do Projeto de Lei do PMSB;
- c) Decreto de Instituição da Comissão Municipal de Saneamento Básico;
- d) Lista de Presença Oficial, conforme Anexo V;
- e) Convites à imprensa local;
- f) Formação da equipe de cerimonial;
- g) Definição do fotógrafo para registro histórico;
- h) Escolha da apresentação cultural;
- i) Outros procedimentos de logística (disposição, ornamentação do local, sonorização, *data show*, etc.)

Por ser um evento único, com ampla participação da sociedade, abrangendo a população da zona rural e urbana, recomenda-se que exista um planejamento para condução da Conferência Final. Levando-se em consideração que se trata de uma cerimônia oficial, cuide-se para que todo o ambiente e cerimonial sigam o protocolo habitual, respeitando os critérios

de dignidade e decoro que o ambiente e a ocasião exigem. No decorrer da Conferência, pode-se tomar como referência o roteiro apresentado no Quadro 16, a seguir.

Quadro 16 — Roteiro para a Conferência Municipal

Etapa	Duração
Abertura: O apresentador do cerimonial saúda e acolhe a todos, dando início aos trabalhos da Conferência.	10 min
Composição da Mesa: O apresentador nomeia as autoridades que comporão a mesa principal do evento. Verifique-se quem são as autoridades presentes, tanto as institucionais quanto as comunitárias e de povos tradicionais. Convidar com antecedência aqueles que comporão a mesa de autoridades, os quais deverão ser chamados nominalmente, com seu nome e atribuições.	10 min
Execução dos hinos: Após a composição da mesa, entoar o Hino Nacional, do Estado e, caso haja, o do Município. Sugere-se que, preferencialmente, sejam executados por artistas locais, para valorização cultural e reconhecimento.	10 min
Apresentação da Equipe do Comitê Executivo, de Coordenação e do Projeto Saber Viver: O apresentador convida nominalmente os membros do Comitê Executivo, do Comitê de Coordenação e do Projeto Saber Viver.	10 min
Apresentação Cultural: Preparada com antecedência, pode ser uma peça teatral, música ou qualquer outra performance que sirva como descontração e integração social. Sugere-se que, preferencialmente, sejam convidados os povos tradicionais habitantes da região, para desenvolver esta apresentação.	10 min
Apresentação das linhas gerais do PMSB: rememorar as etapas realizadas e as prioridades estabelecidas, através de uma apresentação dinâmica, com uso de imagens, pequenos vídeos, dentre outras possibilidades.	20 min
Institucionalização do PMSB — Minuta do Projeto de Lei: O presidente da Câmara pode ler a minuta do Projeto de Lei do PMSB. Após a leitura da minuta, o apresentador deve informar os acessos aos sítios <i>online</i> , onde podem ser encontrados dados, notícias e a versão digital do PMSB.	10 min
Instituição do Conselho Municipal de Saneamento Básico (a partir dos próprios membros do Comitê Executivo): O prefeito ou quem o represente pode ler o decreto de instituição do Conselho Municipal de Saneamento Básico. Ao se nomearem os membros, cada um pode vir à mesa para assinatura do termo de posse.	20 min
Premiação dos concursos anteriores (caso seja realizado): Caso tenham sido realizados os concursos de redação, teatro, etc., nas fases anteriores, podem ser entregues os prêmios nesse momento.	10 min
Partilha de impressões pelas lideranças comunitárias (previamente selecionadas): Os líderes apresentam suas considerações sobre a participação para elaborar o PMSB.	20 min
Avaliação do Evento: Pode-se realizar uma breve avaliação do evento. Sugere-se que sejam feitas perguntas sobre pontos específicos do roteiro proposto e sejam medidas as participações pelas palmas, ou algo nesse sentido.	10 min.
Encerramento. O apresentador agradece a presença de todos e saúda novamente a todas as autoridades presentes. Relembra os canais de acesso ao Plano e informa que na saída serão distribuídos <i>folders</i> ou panfletos que ajudem as pessoas a ter acesso aos bancos de dados <i>online</i> e às versões digitais do documento para <i>download</i> .	5 min
Total	145 min

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

Após a realização da Conferência Municipal, todo o material utilizado ficará liberado para consulta, em sítios eletrônicos e na forma impressa, em local a ser definido pelo Comitê de Execução, permitindo a participação social com últimos comentários e sugestões. O Quadro 17 sintetiza as orientações preparatórias da Conferência.

Quadro 17 — Preparativos de Mobilização e Comunicação para a Conferência Municipal

Pontos de Referência	Atividades prévias	Conferência Municipal	Pós-Conferência Municipal
Ações/estratégias	<ul style="list-style-type: none"> - Compete aos Comitês o acompanhamento das decisões relativas à organização da reunião e eventuais medidas necessárias; - Publicação do edital de convocação no site da Prefeitura, contendo data, horário, local, objetivo e a dinâmica do trabalho, com antecedência mínima de 15 dias à data da Conferência; - Ampla divulgação; - Ofícios e convites oficiais; - Convite à imprensa; - Definição da equipe de cerimonial e fotógrafo para registro histórico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acolhimento do público no horário definido no edital de convocação; - Disponibilização da lista de presença; - Identificação e inscrição dos participantes que farão a partilha da experiência de elaboração do plano (cf. o quadro de Roteiro da Conferência); - Abertura solene e composição da mesa com lideranças comunitárias e autoridades; - Informações gerais sobre a pauta e a dinâmica dos trabalhos; - Registro das ocorrências em ata circunstanciada; - Exposição do resumo do Plano por meio de um especialista; - Apresentação cultural; - Apresentação de membros do Conselho e minuta de lei; - Impressão do documento final. 	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação na imprensa e nas mídias sociais acerca da Conferência Final; - Disponibilização para <i>download</i>, no <i>site</i> da prefeitura, o PMSB; - Divulgação dos dados e resultados; - Envio à Funasa da Minuta do Projeto de Lei do PMSB, bem como o Documento Consolidado e o Resumo Executivo do PMSB.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Alcançar o maior número possível de participantes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Legitimar o processo, dirimir conflitos e atender a anseios, por meio da aprovação de programas, projetos e ações em saneamento para o município. 	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgar os dados, incluindo-se o PMSB e a minuta de lei, para contribuições finais.
Materiais necessários	<ul style="list-style-type: none"> - Carro de som, cartazes, cartilhas, <i>folders</i>, <i>slides</i>, ofícios, faixas, convites oficiais para órgãos públicos, imprensa e sociedade civil, ações para divulgação por meio de redes sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Folders</i>, <i>slides</i>, ambientação adequada, cerimonial, câmeras fotográficas, equipamento de som, documento final, minuta de lei, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - Documentos oficiais.

Fonte: Projeto Saber Viver, TED 08/2017 IFRO/FUNASA (2021).

Encerram-se assim todas as fases de preparação, desenvolvimento e elaboração final do PMSB, com ampla participação da comunidade, em atendimento ao Termo de Referência da Funasa (2018) e ao Projeto Saber Viver.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, além de ser um condicionante para o recebimento de recursos do Governo Federal a serem aplicados na área, permite um processo de participação popular que enriquece as políticas públicas de desenvolvimento local e regional, visto que se aproveitam as experiências e criatividade dos envolvidos. As estratégias de mobilização, comunicação e participação social contidas neste documento orientam toda a sistemática de preparação e execução até se atingir o objetivo maior, que é a apresentação do PMSB.

É ainda uma forma de legitimação das mesmas políticas, uma vez que as propostas nascem, em grande parte, das proposições do público-alvo do saneamento básico, em geral representado por suas lideranças diretas ou indiretas. Ou seja, quem mais necessita do atendimento público em saneamento (as pessoas da comunidade) demonstrará suas necessidades e interesses pela melhoria do manejo de águas e resíduos, nas zonas urbana e rural. Além disso, muitos serão capacitados para, com metodologia apropriada e princípios fundamentais, elaborar o PMSB.

Quanto maior a mobilização, melhores serão os resultados em todas as etapas, pois se trata de um processo complexo, que exige uma profunda percepção dos problemas, impactos e alternativas de correção das condições socioambientais para o melhor usufruto dos recursos naturais e consumo. Afinal, é uma ação voltada para a saúde e bem-estar de todos, com foco na prevenção de doenças, sustentabilidade ambiental e atendimento a demandas cotidianas, como são, por exemplo, a oferta de água e o esgotamento sanitário.

Para atingir uma boa mobilização, a comunicação precisa ser clara, objetiva e intensiva, de modo a atingir o maior volume de pessoas possível e convencê-las a participar do processo de elaboração do PMSB. Estratégias de uso das mídias, da rede de *internet* e de contato direto com a população são as principais alternativas de alcance dos objetivos deste documento. É importante, ainda, que o planejamento estratégico da participação social seja realizado para a garantia das condições de acesso, de trabalho e de exposição de resultados, a fim de facilitar as etapas e valorizar a colaboração de todos.

Este é um processo inédito para o município de Ouro Preto do Oeste. Com certeza trará impactos altamente positivos nas condições de vida da população, partindo-se das influências sobre as políticas de gestão pública e chegando-se à melhoria das condições de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei 8.080**: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Presidência, 1990.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 9.433**: Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos [...]. Brasília: Presidência, 1997.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.257**: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Presidência, 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.445**: Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico [...]. Brasília: Presidência, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 7.217**: Regulamenta a Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências. Brasília: Presidência, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 10.203**: Altera o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília: Presidência, 2020.

FUNAI/COORDENAÇÃO REGIONAL DE GUAJARÁ MIRIM-APRESENTAÇÃO. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/apresentacao-guajara-mirim>. Acesso em 14 de Abril de 2019.

FUNASA. **Termo de Referência para Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

FUNASA. **Termo de Execução Descentralizada n. 8/2017**. Brasília: Funasa, 2017.

FUNASA. **Termo de Referência para Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

IBGE. **Cidades**: Ouro Preto do Oeste. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ouropretodoeste/>. Acesso em: 26 jul. 2019.

IFRO. *Campus* Porto Velho Calama. **Projeto Pedagógico do Curso de Formação Continuada de Introdução à Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico**. Porto Velho: IFRO, 2019.

IFRO. Proex. **Projeto Saber Viver**: Parceria IFRO/FUNASA. Porto Velho: IFRO, 2018.

KUMMER, L. **Metodologia participativa no meio rural**: uma visão interdisciplinar. conceitos, ferramentas e vivências. - Salvador: GTZ, 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS/ SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA. **Ouro Preto do Oeste**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABCbr.def>. Acesso em 13 de Maio de 2019.

RONDÔNIA. Governadoria. **Lei Complementar 414**: Estabelece as Regiões de Planejamento e Gestão para o Estado de Rondônia e dá outras providências. Porto Velho: Governadoria, 2007.

TORO, José Bernardo; Werneck, Nísia. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA / Secretaria da Agricultura Familiar, 2006

ANEXO II — MODELO DE ATA PARA AS REUNIÕES DOS COMITÊS

Aos xx (número de dias) dias do mês de xxxx (Mês) 2019, às xx:xx (numeração das horas), no (local) ..., no município de xxxxxxxx, Estado de Rondônia, reuniram-se o coordenador do Comitê Executivo, assessoria técnica do IFRO e demais membros do comitê, conforme lista de presença anexa, para deliberar sobre à seguinte pauta:.....

ANEXO III — DECRETO DE NOMEAÇÃO DOS COMITÊS

22/10/2021 09:56

Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE MEMBROS DOS COMITÊS DE COORDENAÇÃO E EXECUTIVO PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 14.854, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

“Cria e Nomeia os Membros dos comitês de Coordenação e Executivo para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB da Estância Turística Ouro Preto do Oeste e dá outras providências”.

O PREFEITO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e;

Considerando:

O Termo de Execução descentralizada TED/FUNASA/IFRO nº 08/2017, para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB e a necessidade de instituir e nomear os membros dos Comitês de Coordenação e Executivo, em conformidade com o Termo de Referência da FUNASA/2012, para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

A competência do Município para definir e organizar a prestação dos serviços públicos de interesse local; e

A responsabilidade do Poder Público Municipal em Formular o Plano Municipal de Saneamento Básico e respectivamente a Política Pública de Saneamento, nos termos da Lei nº 11.445 de 5 janeiro de 2007 e decreto nº 7.217 de 21 de junho de 2010.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam criados os Comitês de Coordenação e Executivo responsáveis pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico-PMSB do Município da Estância Turística Ouro Preto do Oeste.

Art. 2º - Ficam designados os servidores e representantes da Sociedade Civil Organizada abaixo relacionados para compor o Comitê de Coordenação.

FUNÇÃO NO COMITÊ	NOME COMPLETO	Representatividade	
1	Antonio Zenildo T. Lopes	Coordenador Geral	Prefeitura
2	Caio Bispo Pereira	Coordenador Adjunto	Dep. Meio Ambiente
3	Joelmir Araújo de Oliveira	Secretário Geral (titular)	Vigilância Sanitária
4	João Jose Pessoa	Secretário Geral (Suplente)	Guarda de Endemias/SEMSA U
5	Manoel Rodrigues da Silva	Representantes da sociedade civil organizada (Conselhos; Pastorais, Igrejas). (Titular)	Coop. Catadores Recicláveis
6	Gleison Soares Rodrigues	Representantes da sociedade civil organizada (Conselhos; Pastorais, Igrejas). (Suplente)	Coop. Catadores Recicláveis
7	Herika Maiza dos Santos	Representantes da sociedade civil organizada (Conselhos; Pastorais, Igrejas). (Suplente)	FACULDADE UNEOURO
8	Edevandro Tenorio da Silva	Representantes da sociedade civil organizada (Conselhos; Pastorais, Igrejas). (Suplente)	FACULDADE UNEOURO
9	José Iram Dantas de Lima	Empresa prestadora de serviço no município (Titular)	CAERD
10	Thalita Kosowski do Prado	Empresa prestadora de serviço no município (Suplente)	CAERD
11	Oldemberg Anderson Moura da Silva	Representantes da Câmara dos Vereadores (Titular)	Câmara dos Vereadores
12	Oleymar Galimberti da Silva	Representantes da Câmara dos Vereadores (Suplente)	Câmara dos Vereadores
13	Marilyn da Silva Oliveira	Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica (NICT)	Fundação Nacional de Saúde

Art. 3º - As atribuições do Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB são: discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo, buscando promover a integração das ações de saneamento inclusive do ponto de vista de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental, devendo reunir-se, no mínimo, a cada dois meses.

I – O Comitê de Coordenação é responsável pela coordenação e acompanhamento do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, observando as atribuições descritas no art.2º deste decreto.

II – As deliberações que por ventura sejam tomadas pelo Comitê de Coordenação somente terão validade com a aprovação da maioria simples de seus membros, ou seja, metade mais um, em caso de empate, cabe ao **Coordenador Geral** o voto de desempate.

Art. 4º- Ficam designados os servidores abaixo relacionados para compor o Comitê Executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB da Estância Turística Ouro Preto do Oeste.

FUNÇÃO NO COMITÊ	VÍNCULO COM MUNICÍPIO I	Representatividade	
1	Marcossuel Santana de Oliveira	Coordenador	Departamento do Meio Ambiente
2	Tiago Bortolo de Carvalho	Coordenador adjunto	Engenheiro Agrônomo
3	Andreza Justina Dias	Coordenador de Comunicação	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - SEMECE
4	Claudio Martins da Silva Adjunto	Coordenador de Comunicação	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes - SEMECE
5	Roberto Aparecido Custódio	Assessor Técnico de Engenharia (Titular)	Prefeitura – Engenheiro Agrônomo
6	João Robério Tavares Abílio	Assessor Técnico de Engenharia (Suplente)	Secretaria de Infraestrutura e Obras – SEMINFRA
7	Gean Lucas Amorim dos Santos	Assessor Técnico Comunicação (Titular)	Gabinete- Prefeitura
8	de Lucilene Romano Rosa	Assessor Técnico Comunicação (Suplente)	Engenheira Agrônoma
¹ De acordo com TR/FUNASA (2018, p.35): o quadro de membros do comitê deve ser composto preferencialmente por servidores efetivos do município, contudo, a prefeitura poderá indicar outros profissionais, inclusive da equipe técnica ou de prestadora de serviços.			
9	Vinicius Pereira de Souza Silva	Técnico em informática (Titular)	Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

10	Alvaro Emanuel Alves da Silva	Técnico em informática (Suplente)	Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS
11	Márcio Rozano de Brito	Secretário Geral	Secretaria Municipal de Administração - SEMAD
12	Sandra Neves Gomes Ribeiro	Secretário Adjunto	Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda – SEMPLAF
13	Lucinei Ferreira de Castro	Assessora Jurídica	Procuradoria Jurídica do Município
14	Robson Pereira da Silva	Titular	Prestadora de Serviços de Água e Esgotos – CAERD
15	José Pereira de Araújo	Suplente	Prestadora de Serviços de Água e Esgotos – CAERD
16	Tatiana de Macedo Costa	Representante do Projeto Saber Viver - Engenharia	Equipe Técnica Permanente IFRO/TED/FUNASA /Nº 08/2017
17	Gedeli Ferrazzo	Representante do Projeto Saber Viver – Estudos Sociais	Equipe Técnica Permanente IFRO/TED/FUNASA A/Nº 08/2017

Art. 5º - As atribuições do **Comitê Executivo** do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB são: Executar todas as atividades prevista no **Termo de Referência da FUNASA**, para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, apreciando as atividades de cada fase da elaboração do PMSB e de cada produto a ser entregue à FUNASA, submetendo-os à avaliação do **Comitê de Coordenação**, devendo observar os prazos indicados no cronograma de execução para finalização dos produtos.

I – O **Comitê Executivo**, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da aprovação deste decreto pelo NICT/FUNASA, deverá apresentar para apreciação do Comitê de Coordenação o Plano Municipal de Mobilização Social (produto B do PMSB).

II – O **Comitê Executivo** e de Coordenação contará com apoio técnico da Equipe do IFRO na elaboração de todos os produtos do PMSB.

Art.6º - O plano Municipal de Mobilização Social (produto B do PMSB) é o documento orientador das Estratégias de Mobilização Social e Comunicação do PMSB e deve definir a metodologia e os instrumentos que garantam à sociedade informações e participação no processo de formulação do Plano Municipal de Saneamento Básico, devendo contemplar: os mecanismo de comunicação para o acesso às informações, os canais para recebimento de críticas e sugestões, a realização de debates, conferências, seminários e audiências públicas abertas a população.

Art. 7º - No assessoramento ao Comitê Executivo e conforme as necessidades locais, poderão ser constituídos Grupos de Trabalho Multidisciplinares, compostos por técnicos de áreas correlatas da sociedade civil e de outros processos locais de mobilização social e ação para assunto de interesse convergentes com o saneamento básico, tais como, Câmaras Técnicas de Comitês de Bacias Hidrográficas, Conselhos de Habilitação e de Saúde, entre outros.

Parágrafo Único – Nos Municípios onde houver órgão técnico específico, próprio para o exercício das funções executivas de regulação e fiscalização (agência Reguladora de Serviços Delegados) dos serviços de saneamento básico, o Comitê Executivo poderá contar com apoio e representantes desses órgãos.

Art. 8º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação. Fica revogado o Decreto Municipal de nº 13.785 de 14 de setembro de 2020 e suas posteriores alterações.

Ouro Preto do Oeste-RO, 15 de Outubro de 2021.

(Assinado Eletronicamente)
PERAGIBE FÉLIX PEREIRA JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Stefany Santos
Código Identificador:56358143

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 21/10/2021. Edição 3076
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/arom/>

ANEXO IV — CRONOGRAMA DO CURSO DE CAPACITAÇÃO



Curso FIC: Introdução à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico

Local do Curso: Google Meet

Início das aulas: 08/12/2021 às 08h30min

Emissão de certificado: 30 horas

CRONOGRAMA PRÉVIO DE EXECUÇÃO DO CURSO DE INTRODUÇÃO À ELABORAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

DATA	MÓDULO	EQUIPE RESPONSÁVEL	FORMATO DO ENCONTRO	Carga horária
08/12/2021 08h30min	Políticas Públicas de Saneamento Básico	Comunicação e estudos sociais	Encontro síncrono:	4 horas
	Termo de Referência de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (Funasa)		Capacitação Comitê de Ouro Preto do Oeste Link da videochamada: https://meet.google.com/kdg-cjhr-ach	
10/12/2021 assíncrono	Introdução às Estratégias de Mobilização, Comunicação do PMSB de Ouro Preto do Oeste	Comitê de coordenação e Executivo	Estudo assíncrono do produto B	4 horas



13/12/2021 08h30min	Estratégias de Mobilização, Comunicação do PMSB de Ouro Preto do Oeste	Aprovação do produto B e planejamento da 1ª audiência pública. Comunicação e estudos sociais	Encontro síncrono Link da videochamada: https://meet.google.com/kxv-yctc-cfa	4 horas
14/12 a 21/12/2021 Assíncrono e live	Mobilização e comunicação 1ª Audiência Pública	Comitê, Comunicação, estudos sociais	Mobilização e Live	6 horas
05/01/2022 síncrono	Instrumentalização para a coleta de dados: Abastecimento de Água e Esgotamento sanitário	Engenharia e assessor para elaborar o plano de trabalho do comitê	Encontro síncrono	8 horas
	Instrumentalização para a coleta de dados: Manejo de Águas Pluviais e Manejo de Resíduos Sólidos	Engenharia e assessor para elaborar o plano de trabalho do comitê		
19/01/2022 síncrono	Percepção social do Saneamento Básico no município: coleta de dados	Apresentação do Painel de Percepção Social e Instrumentalização do APP	Encontro síncrono	4 horas
TOTAL				30 horas

ANEXO VI — FICHA DE AVALIAÇÃO DO ENCONTRO DE CAPACITAÇÃO

Este questionário visa avaliar a capacitação dos Comitês municipais do PMSB. Pretende-se tornar visíveis, caracterizados e mapeados os objetivos alcançados e os pontos em que é preciso melhorar, em busca do aprimoramento das capacitações. Não é necessário que você se identifique. Em cada questão, assinale uma nota de 0 a 10, conforme seu julgamento. Considere que 1 representa que está “Muito Insatisfeito” e que 10 significa “Muito Satisfeito”. Desde já agradecemos sua valiosa participação!

A) DESENVOLVIMENTO DO CURSO:

1. A motivação dos participantes foi adequada para a compreensão?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

2. A proposta apresentada atingiu o objetivo?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

3. A proposta estimulou e desencadeou novas ideias?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

4. As ideias principais foram retomadas, resumidas, esclarecidas ou completadas, quando necessário?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

5. Os exemplos utilizados foram ilustrativos, simples, relevantes e ajustados aos conceitos principais?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

6. O vocabulário utilizado na apresentação foi preciso, correto, traduzido quando necessário?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

7. Os pesquisadores demonstraram domínio suficiente dos assuntos abordados?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

8. Houve sequência no desenvolvimento do assunto de modo que facilitasse o entendimento?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

9. Qual o grau de profundidade do desenvolvimento do curso?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

B) RECURSOS AUXILIARES E TEMPO:

9. A data proposta foi adequada?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

10. O prazo (tempo do curso) foi adequado?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

11. A quantidade de participantes permitiu um bom atendimento?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

12. O uso do material entregue foi relevante para melhorar a aprendizagem do conteúdo?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

13. Os recursos audiovisuais foram utilizados adequadamente?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

14. As instalações físicas foram suficientes para um bom desenvolvimento do curso?

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

15. Utilize o espaço para sugestões e comentários.

**ANEXO VII - QUANTITATIVO DOS MATERIAIS DE
DIVULGAÇÃO/MOBILIZAÇÃO**

Itens do material de mobilização	Unidade	Quantidade
Confecção de Faixas (4,0 X 1,0)	Unidade	10
Impressão de Folder/Panfletos	Unidade	2.000
Divulgação através de veiculação	Horas	80
Impressão de Cartaz (A3)	Unidade	100
Impressão de Banners personalizados (0,90 X 1,20 ou 0,80 X 1,20)	Unidade	20
Impressão da Cartilha colorida	Unidade	1.000